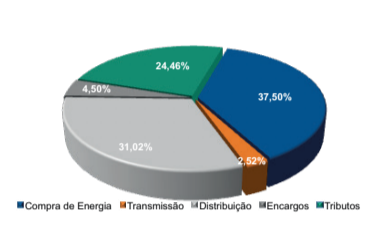


## RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO – 2014

Existente foram promovidos na tentativa de reduzir a descontração das distribuidoras, no entanto, o resultado desses leilões foi aquém do esperado: no primeiro leilão, não houve negociação e no segundo, no final do ano, a contratação representou apenas cerca de 40% da necessidade das distribuidoras. No início do ano de 2014 a subcontratação das distribuidoras foi ampliada em virtude do vencimento de contratos de energia existente ao final de 2013. Com o intuito de mitigar essa exposição contratual a ANEEL promoveu em abril o 13º Leilão de Energia Existente (Leilão A de 2014), cujo início do período de fornecimento se daria no mesmo ano. O total de energia contratada neste primeiro leilão de 2014 foi de 2.046 MWmédios, a um preço médio de R\$ 268,33/MWh. Em 05.12.2014 foi realizado outro Leilão de Energia Existente (Leilão A-1 de 2014), com entrega para janeiro de 2015, que teve como antecedente prioritário o montante de reposição declarado pelas distribuidoras, tendo como resultado a frustração de 46% do montante de Reposição declarado. A COELBA não apresentou grandes volumes de energia descontraída e praticamente não teve contratos vencendo ao final de 2013, os quais poderiam ser recontraídos para fornecimento em 2014, mas sofreu os efeitos de exposição decorrentes das postergações e liminares judiciais de algumas usinas e linhas de transmissão que entrariam em operação em 2014. **4.1.3 Conta ACR:** Em 02 de abril de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.221/2014 estabelecendo a criação da CONTA-ACR destinada a cobrir total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária e (ii) despacho das usinas termelétricas vinculadas aos contratos no ambiente regulado (CCEAR), na modalidade por disponibilidade. A partir da competência de jul/14, conforme despacho ANEEL nº 3.998/14, em face ao provimento parcial de recurso administrativo interposto pela Abradee, a ANEEL passou a reconhecer como exposição involuntária os custos incorridos com o risco hidrológico das cotas de energia renovada, nos termos da Lei nº 12.783/2013. Em relação a esses itens, foram homologados e repassados recursos da CONTA-ACR, relativos às competências de fev/14 a out/14, para COELBA no valor de R\$ 666,7 milhões. Para as competências de nov/14 e dez/14, a ANEEL decidiu postergar a liquidação dos valores sem cobertura tarifária para 31/03/2015, viabilizando com isso a possibilidade de novos aportes na CONTA-ACR. **4.1.4 Redução do PLD Teto:** Com o intuito de mitigar o risco financeiro do mercado de curto prazo enfrentado em virtude da hidrologia desfavorável e consequente alta do PLD, e também devido a grande exposição contratual das distribuidoras, exigindo elevados aportes da Conta ACR para evitar a quebra destas empresas, após período de Audiência Pública, a Diretoria da ANEEL, aprovou em 24.11.2014, a redução do PLD Máximo para R\$ 822,23/MWh para R\$ 388,48/MWh, tendo como base o CVU da UTE Mário Lago, com capacidade instalada de 922,62 MW. Já o PLD Mínimo foi alterado de R\$ 15,62/MWh para R\$ 30,26/MWh tendo como referência o custo de geração das usinas comprometidas com os contratos de cotas. Os novos limites estarão vigentes a partir de 2015. **4.2. Reajuste Tarifário:** A ANEEL fixou em 14,86% o índice de reajuste das tarifas da COELBA, resultado do Reajuste Tarifário de 2014, com vigência a partir de 22 de abril de 2014, sendo 10,76% relativos ao reajuste tarifário anual e 4,10% aos componentes financeiros. A variação percentual média percebida na conta dos consumidores cativos foi em média de 15,35%, sendo de 15,00% para os consumidores atendidos em baixa tensão, que representam mais de 99% dos clientes e inclui os clientes residenciais. Já os consumidores cativos industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram aumento de 16,04%, em média. **4.3. Aditivo Contrato de Concessão:** Cada uma das distribuidoras do grupo Neoenergia assinou com ANEEL um aditivo dos seus respectivos Contratos de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em 10 de dezembro de 2014, para inclusão de cláusula específica, de forma a reconhecer que serão considerados, para fins de indenização, os saldos remanescentes (ativos ou passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão, a valores financeiros a serem apurados com base nos registros prestabelecidos pela ANEEL, incluindo aqueles constituídos após a última alteração tarifária. Esses aditivos foram assinados para permitir voltar a contabilizar os ativos e passivos financeiros setoriais na contabilidade societária. Ocorre que, a partir de 2001, os ativos e passivos financeiros setoriais passaram a ser contabilizados no Brasil, utilizando prática contábil similar à adotada nos Estados Unidos, em conformidade ao pronunciamento SFAS 71 (contabilidade para certos tipos de regulação), mas em 2010, com a adoção do IFRS (International Financial Reporting Standards), o Brasil passou a não mais registrar os saldos ativos e passivos financeiros setoriais na contabilidade societária, em função de uma interpretação de que não estariam atendendo a estrutura conceitual do IFRS, pois, esses itens dependeriam de eventos futuros. No entanto, a contabilidade regulatória foi instituída pela ANEEL em 2010, com o pressuposto de que se trata de ativos ou passivos líquidos e certos e determinou a manutenção desses registros. Com base na legislação e regulamentação da ANEEL, para dar eficácia ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro da concessão, a ANEEL resolveu reconhecer, mediante aditivo do contrato de concessão, a incorporação aos valores indenizáveis, dos valores remanescentes ainda não compensados totalmente por meio da tarifa. **4.4. Bandeiras Tarifárias:** Por força da regulamentação do Setor Elétrico, a partir de 01 de janeiro de 2015 foram estabelecidas as bandeiras tarifárias verde, amarela e vermelha, que constituem sinais tarifários que vão indicar e refletir na conta dos consumidores os atuais custos de geração, de acordo com a variação do Custo Marginal de Operação (CMO) e do Encargo de Serviços de Sistema (ESS). A ANEEL divulgará mês a mês as bandeiras que estarão em funcionamento. **4.5. Tarifa Média:** A tabela abaixo apresenta, para cada classe de consumo, a tarifa média de fornecimento em R\$/MWh praticada na COELBA.

Tarifa Média de Fornecimento em R\$/MWh	
Classe	Com Tributo
Residencial	399,45
Industrial	300,90
Comercial	448,06
Rural	203,04
Poder público	357,99
Outros	219,55



**4.6. Ouvidoria:** A Ouvidoria é um canal de relacionamento da Distribuidora criado, especialmente, para registrar e dar tratamento às Sugestões, Elogios e Reclamações de clientes, que não foram solucionadas pelos canais de atendimento. Através dessas manifestações, a Ouvidoria atua junto às áreas para orientar quanto ao fiel cumprimento da regulamentação do setor elétrico, visando eliminar os riscos regulatórios. O principal desafio da Ouvidoria é resgatar a satisfação do cliente. Em 2014, a Ouvidoria da COELBA recebeu 38.303 manifestações, das quais 6,36% foram reclamações de consumidores insatisfeitos com os serviços prestados pela Distribuidora. Os processos mais reclamados foram: Apresentação e entrega, Extensão de Rede e Ligação (Prazo) com 21%, 19% e 16% do total de reclamações procedentes, respectivamente. Em agosto de 2014, o processo de Ouvidoria foi integrado ao sistema corporativo SAP, possibilitando a centralização das reclamações dos clientes do Grupo Neoenergia em um único sistema, além de permitir uma melhor navegação, gestão e controle, segurança e confiabilidade dos dados tratados. Esse módulo do SAP/CCS, por sua vez, foi interligado ao Sistema de Gestão da Ouvidoria da ANEEL (SGO), permitindo a troca diária das informações entre a Distribuidora e a Agência Reguladora. Em dezembro de 2014, a ANEEL comunicou as distribuidoras do País que, após estudos, concluiu que, em média, apenas 7% das reclamações registradas naquela Agência Reguladora seguem o fluxo adequado, não permitindo, nos demais casos, que a distribuidora trate a insatisfação do consumidor com o conhecimento da ANEEL. Para corrigir esse fluxo, a partir de janeiro de 2015 deverá ser implantado um novo procedimento no tratamento das reclamações encaminhadas, pelos consumidores, para aquela Agência Reguladora, o chamado "Caminho do Entendimento". Esse procedimento visa direcionar o consumidor para o canal adequado de atendimento, ou seja: inicialmente o consumidor deve encaminhar sua reclamação para o atendimento ao consumidor da distribuidora. Não ficando satisfeito com a solução dada encaminhar a reclamação para a ouvidoria da distribuidora e somente após passar por essas instâncias reclamar junto à Ouvidoria da ANEEL. A implantação desse processo será o grande desafio para a Ouvidoria no ano de 2015.

## 5. DESEMPENHO DO NEGÓCIO

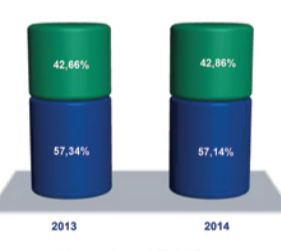
A COELBA acompanha também alguns indicadores operacionais que medem a relação de venda de energia, clientes e empregados. O quadro abaixo demonstra a evolução desses indicadores operacionais.

Indicadores Operacionais	2012	2013	2014
Número de Empregados	2.516	2.489	2.517
Número de Clientes por Empregado	2.074	2.161	2.216
Vendas por Clientes (MWh)	2,82	2,91	2,93
Vendas por Empregado (GWh)	5,85	6,28	6,50
Clientes por km²	9,26	9,50	9,88

**5.1. Número de Consumidores Ativos:** Em 2014, a COELBA alcançou o patamar de 5.577 mil consumidores ativos, registrando crescimento de 3,70%, representando incremento de 199 mil novos clientes, em relação ao ano anterior. O crescimento observado em relação a 2013 foi imbuído, principalmente, pelo aumento de 182 mil novos clientes na classe residencial (convencional e baixa renda), que representa 88,31% do total de consumidores da companhia e responsável por 45,39% da receita bruta de fornecimento de energia do mercado cativo em 2014.



**5.1.1. Número de Consumidores Baixa Renda:** A Lei nº 12.212 de 20 de janeiro de 2010 alterou as regras incidentes sobre a tarifa aplicada à Subclasse Residencial Baixa Renda das distribuidoras de energia elétrica. Em função desta Lei, a COELBA alcançou em dezembro de 2014 um total de 2.112 mil clientes cadastrados com a tarifa subsidiada. O gráfico a seguir, demonstra a participação dos clientes residenciais da COELBA em função da Lei nº 12.212/2010:



**5.2. Energia Entregue:** A energia entregue corresponde à energia que transita pelo sistema de distribuição da COELBA, para ser vendida ao mercado próprio, para revenda/suprimento de emergência a outras concessionárias e para atendimento ao mercado livre. Em 2014 totalizou 18.509 GWh, apresentando um aumento de 4,77% em relação a 2013.



**5.3. Energia Vendida:** A energia vendida pela COELBA em 2014 apresentou crescimento de 4,58% em relação a 2013, totalizando 17,717 GWh, influenciado principalmente pelo crescimento de 6,23% na classe residencial, 4,59% na classe comercial, 2,90% na classe rural e 2,63% em outras classes. A classe industrial apresentou avanço de 3,47%. O consumo da classe residencial em 2014 foi 6,23% superior ao registrado em 2013. Esta variação seguiu a trajetória dos últimos anos e é explicada pelo incremento de novos clientes, incentivos governamentais para aquisição de eletrodomésticos e pelo aumento da renda das famílias. A variação do consumo da classe comercial cativa foi de 4,59% em 2014, acima do ocorrido em 2013. Já a classe comercial total (cativo + livre) cresceu 4,87% em 2014. O desempenho desta classe esteve em linha com o comércio varejista balano, cujo volume de vendas cresceu 4,6% em 2014. A classe industrial cativa registrou crescimento de 3,47% em 2014 e o consumo industrial total (cativo + livre), atendido pela COELBA, variou 2,00% em relação a 2013. O comportamento desta classe foi afetado pelo baixo nível da atividade industrial da Bahia, cuja produção física recuou 2,8% em 2014. A classe rural em 2014 apresentou um crescimento no consumo de energia elétrica de 2,90%. Esta variação ficou abaixo das observadas em anos anteriores, essa redução é resultado de uma menor utilização de equipamentos para irrigação, mesmo com a diminuição das chuvas em todo o Estado da Bahia. O quadro a seguir demonstra a composição do fornecimento de energia da COELBA por classe.

Classe	2012		2013		2014		Variação 2014/2013 - %					
	Receita (R\$ milhões)	Clientes (milhões)	Receita (R\$ milhões)	Clientes (milhões)	Receita (R\$ milhões)	Clientes (milhões)						
Residencial	2.716	4.600	5.493	2.388	4.745	6.131	2.602	4.927	6.513	8,97%	3,84%	6,23%
Industrial	928	20	2.814	676	19	2.585	788	16	2.675	16,53%	-15,29%	3,47%
Comercial	1.504	320	2.827	1.282	332	3.018	1.409	346	3.157	9,89%	4,29%	4,59%
Rural	304	206	1.351	263	208	1.470	304	212	1.513	15,52%	1,52%	2,90%
Outras Classes	672	73	2.243	579	74	2.429	630	76	2.493	8,84%	2,12%	2,63%
	<b>6.122</b>	<b>5.219</b>	<b>14.728</b>	<b>5.188</b>	<b>5.379</b>	<b>15.634</b>	<b>5.733</b>	<b>5.577</b>	<b>16.351</b>	<b>10,30%</b>	<b>3,69%</b>	<b>4,58%</b>

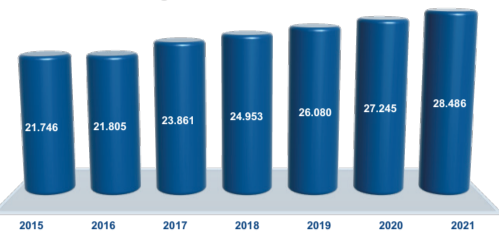
**5.4. Balanço Energético:** Em 2014 a energia injetada pela COELBA apresentou crescimento de 5,37% equivalente a 1.104 GWh em relação a 2013.

BALANÇO ENERGÉTICO - 2014		Em GWh	
LENDIDA	2013	2014	Var. %
CONTRATO	18.262 (86,92%)	18.304 (86,92%)	0,22%
USO DAS DISTRIBUIDORAS	129 (0,59%)	129 (0,59%)	0,00%
MERCADO LIVRE	2.252 (9,31%)	2.163 (9,31%)	-4,00%
PERDA REDE BÁSICA	111 (0,50%)	111 (0,50%)	0,00%
SOBRAS	111 (0,50%)	111 (0,50%)	0,00%
MERCADO CATIVO	16.350 (74,74%)	16.350 (74,74%)	0,00%
MERCADO LIVRE	2.252 (9,31%)	2.252 (9,31%)	0,00%
PERDAS DISTRIB.	3.115 (14,95%)	3.115 (14,95%)	0,00%
USO DAS DISTRIBUIDORAS	129 (0,59%)	129 (0,59%)	0,00%

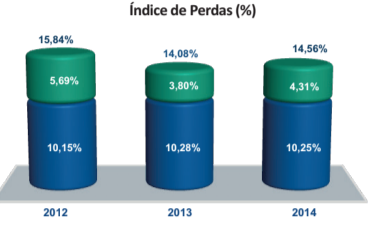
Na Companhia a energia injetada atingiu o patamar de 21.663 GWh em 2014. Do total de energia injetada, 75,47% (16.350 GWh) foi destinada ao consumo do mercado regulado, 9,37 (2.029 GWh) para o consumo do mercado livre, 14,56% (3.155 GWh) representaram perdas na energia injetada e 0,60% uso de outras distribuidoras (129 GWh). O mercado livre apresentou aumento de 0,93% (19 GWh) em relação a 2013. Esse modesto crescimento foi causado não somente pela migração

de novo consumidores do ambiente regulado para a contratação livre (alta base de comparação), ocorrido no período 2013/2012, como também pelo preço da energia de curto prazo no período 2014/2013 e com o retorno de um cliente para o mercado cativo. **5.5. Energia Contratada:** A energia contratada para atender ao mercado da COELBA em 2014, totalizou 19.262 GWh, o que representa um acréscimo de 5,23% em relação a 2013. O acréscimo não foi maior devido à frustração de cotas de garantia física e de contratos, cujos empreendimentos de geração tiveram a concessão cancelada ou não foram concluídos na data prevista. A energia foi adquirida a um custo médio acumulado de R\$ 185,29/MWh, 55,99% acima do realizado no ano anterior que foi de R\$ 118,78/MWh para o mesmo período, levando em consideração o Risco Hidrológico e o Condomínio Virtual, valores que não eram incluídos no custo de compra de períodos anteriores. Este custo médio não considera os encargos setoriais e de conexão. Em 2014 a COELBA teve um déficit contratual de 2,63%, decorrente da frustração de alguns contratos, o que acarretou um lastro regulatório de 10,35%, totalizando o saldo final de 7,72%. No gráfico a seguir apresentamos a posição em 31/12/2014 da energia contratada para o mercado da COELBA no período de 2015 a 2021, considerando os leilões futuros a partir de 2017.

Energia Contratada de 2015 a 2021 - GWh

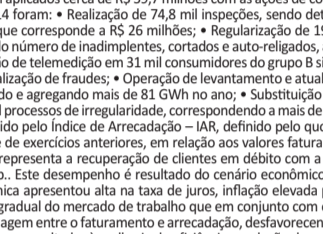


**5.6. Índice de Perdas:** As perdas de energia correspondem às perdas totais englobando as perdas técnicas, montante de energia elétrica dissipada no processo de transporte de energia entre o suprimento e o ponto de entrega, e as perdas não técnicas, decorrentes das irregularidades no cadastro de consumidores, medição e instalações de consumo. As perdas de energia são acompanhadas pela COELBA através do índice percentual que compara a diferença entre a energia requerida/comprada e a energia fornecida/faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos os índices da COELBA:



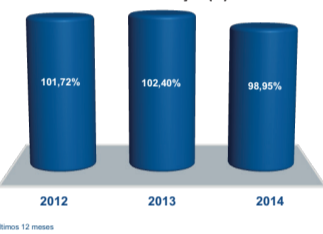
O Índice de Perdas apresentou elevação em relação ao ano anterior, passando de 14,08% para 14,56%, representando um acréscimo de 0,48 p.p. Este aumento deveu-se a elevação dos novos custos de perda, apesar da execução das ações previstas no Plano de Redução de Perdas. Foram aplicados cerca de R\$ 59,7 milhões em ações de combate às perdas não técnicas. As principais ações desenvolvidas em 2014 foram: • Realização de 74,8 mil inspeções, sendo detectadas 27,3 mil irregularidades, tendo sido recuperados 85,6 GWh, o que corresponde a R\$ 26 milhões; • Regularização de 19 mil ligações clandestinas com e sem obra, contribuindo para redução do número de inadimplentes, cortados e auto-regulados, além da recuperação de créditos; • Operação de blindagem e implantação de teledemissão em 31 mil consumidores do grupo B situados em comunidades populares, minimizando a possibilidade de realização de fraudes; • Operação de levantamento e atualização de cadastro de iluminação pública em 130 municípios, recuperando e agregando mais de 81 GWh no ano; • Substituição de 33 mil medidores obsoletos e defeituosos; e • Negociação de 21,3 mil processos de irregularidade, correspondendo a mais de R\$ 34 milhões. **5.7. Arrecadação:** O desempenho da arrecadação é medido pelo Índice de Arrecadação - IAR, definido pelo quociente do valor total arrecadado com energia elétrica e títulos, inclusive de exercícios anteriores, em relação aos valores faturados por fornecimento de energia no exercício. O índice acima de 100% representa a recuperação de clientes em débito com a distribuidora. Em 2014, o IAR da COELBA apresentou queda de 3,45 p.p. Este desempenho é resultado do cenário econômico brasileiro e do reajuste tarifário da distribuidora. A conjuntura econômica apresentou alta inflação elétrica, impactando diretamente o consumo das famílias e enfraquecimento gradual do mercado de trabalho que em conjunto com o reajuste tarifário da COELBA de 14,86%, potencializou o efeito da defasagem entre o faturamento e arrecadação, desfavorecendo o IAR. A partir deste cenário, a COELBA implantou novas ações de cobrança voltadas à melhoria da eficiência e redução dos custos operacionais. Revisamos os parâmetros para adoção de ações administrativas como IAR (Unidade de Resposta Auditável) e SMS (Mensagens de Texto para Celular), que possuem menor custo operacional e que são utilizadas na cobrança de dívidas com menor risco de recebimento. Também readequamos as ações de campo (suspensão do fornecimento, acompanhamento de cortados, etc.) que visavam atingir as maiores dívidas e reduzir as reclamações. Reduzimos o prazo de parcelamentos para redução do risco de inadimplência e um aumento na arrecadação das parcelas. Implementamos um programa de personalização da ação de cobrança, adequando as ações ao perfil do consumidor, levando em consideração o seu histórico de pagamento. Com esse programa foi possível melhorar a efetividade das ações de arrecadação.

Índice de Arrecadação (%)



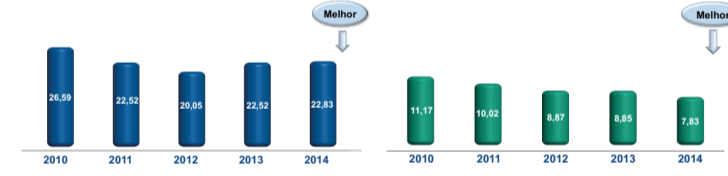
**5.8. Indicadores de Qualidade:** A qualidade do fornecimento de energia é verificada principalmente pelos indicadores de qualidade DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor, que aferem as falhas ocorridas na rede de distribuição de energia elétrica. O cálculo desses índices considera a média móvel dos últimos 12 meses. No ano de 2014 o sistema de distribuição registrou para o indicador DEC no valor de 22,83 horas e 22,52 horas em 2013. O FEC no valor de 7,83 interrupções e 8,85 em 2013. Em 2014, o indicador FEC voltou a evoluir, com reflexo dos investimentos no sistema elétrico e na melhoria das práticas de manutenção. Em contrapartida, impactos pelas intempéries registradas em várias regiões do Estado da Bahia no segundo semestre do ano, que sujeitou a rede elétrica a desligamentos simultâneos e territorialmente esparsos, o indicador de qualidade de DEC sofreu uma leve crescimento em relação ao apurado em 2013. Buscando compensar essas dificuldades e trazer melhores números aos indicadores de qualidade, a COELBA vem investindo regularmente na automação de subestações e equipamentos de rede de distribuição, em 2014 entraram em operação 8 novas subestações, além de 124 equipamentos e 36 subestações que podem ser operadas remotamente. Com a introdução do novo padrão de construção de redes aéreas compactas isoladas para aplicação em áreas urbanas, vigente desde 2011, a cada dia vem sendo ampliado o número de quilômetros de rede urbana com essa tecnologia, o que melhora significativamente a convivência da arborização com a rede elétrica, reduzindo desligamentos daí decorrentes.

Índice de Arrecadação (%)



**5.9. Atendimento aos Clientes:** Procurando estar sempre ao lado do cliente, a COELBA mantém uma estrutura de atendimento que facilita o acesso aos serviços disponibilizados pela empresa, tais como: • **Agências** – Disponíveis de uma rede de atendimento com 45 agências, sendo 10 na capital e 35 nas cidades polo do Estado. Além destas, contamos com 15 agências móveis sendo de que três delas na Regional de Salvador. Estas unidades móveis proporcionam um atendimento com mais comodidade aos clientes, pois leva os diversos serviços oferecidos pela COELBA até os bairros, com também reforçam a imagem da empresa estando presentes em diversas feiras, eventos comunitários e de meios de comunicação. • **COELBA Serviços** - A COELBA está presente em toda sua área de concessão (415 municípios balanos). Nos municípios onde não temos Agências Próprias, contamos com o atendimento através da rede credenciada COELBA Serviços, que finalizou o ano com 420 lojas que realizam atendimento comercial. Em 162 destas lojas dispomos de atendimento via internet utilizando o Portal do Credenciado, ferramenta desenvolvida para possibilitar atendimento online para os serviços mais procurados, tornando a rede de mais autonomia e facilidade para o atendimento ao cliente. • **Teledatendimento** - A COELBA dispõe de uma central de teledatendimento com 161 posições. Esta central recebeu, em 2014, mais de 6,5 milhões de chamadas com um tempo médio de atendimento de 216 segundos, posicionando entre as maiores centrais de teledatendimento de empresas de energia elétrica do país. **"Site"** ([www.coelba.com.br](http://www.coelba.com.br)) - O site COELBA foi novamente reformulado em outubro de 2014, possibilitando ao cliente maior facilidade de acesso ao portal e ampliação do portfólio de serviços oferecidos. Isto gerou uma procura por este canal de atendimento superior a 6,77% em relação a 2013. Foram registrados mais de 17 milhões de acessos. Dentro dos serviços oferecidos citamos o certificado de quitação de débitos, a reclamação de falta de energia, a solicitação de ligação nova, a troca de titularidade e consulta sobre o estágio das obras do Programa Luz para Todos. Foram disponibilizados também novos serviços levando mais comodidade aos nossos clientes com a consulta de dados por CPF/CNPJ ou conta contrato onde o titular pode verificar todas as dívidas das unidades consumidoras de sua responsabilidade, consulta histórica de consumo onde é possível confirmar a data de pagamento da fatura e imprimir as faturas já pagas, consulta solicitações, e ainda solicitar vistoria ou selagem de medidor. • **Serviço gratuito de SMS** foi implantado em Outubro/2011, visando facilitar o acesso do cliente para o registro da ocorrência de falta de energia, possibilitando o envio e recebimento do protocolo de sua reclamação, de forma ágil e confiável. Em 2014 registramos uma média mensal de 16.203 registros consolidando a utilização desta ferramenta de atendimento. • **Atendimento Clientes Corporativos** - Através de especialistas no segmento de energia na capital e no interior é prestado um atendimento diferenciado e personalizado para mais de 17 mil parceiros de negócios, correspondente a cerca de 65,5 mil contas-contratos. Esses clientes representam aproximadamente 37% do consumo e 25% do faturamento total da COELBA. Fazem parte deste grupo os clientes de grandes empresas (Fracalanci, Estal do Estado da Bahia, do Mercado Livre, e o maior varejista de alimentos do Grupo A), entre outros. O resultado da eficiência desta estrutura de serviços pode ser visualizado através do indicador regulado FER - Frequência Equivalente de Reclamação, que, basicamente, mede o número de reclamações procedentes para cada grupo de 1.000 consumidores, o FER para COELBA, estabelecido pela ANEEL para o ano de 2014, foi de 14, enquanto que o alcançado foi de 6,44, representando um resultado 46% menor do que a meta estabelecida. O crescimento do número de reclamações procedentes a partir de 2011 foi resultante das modificações no processo de apuração com o objetivo da uniformização do procedimento de registro de reclamações em todas as distribuidoras do país, visando a certificação exigida pelo órgão regulador e permitindo o comparo, na mesma base, dos indicadores de duração e frequência das reclamações em todas as distribuidoras. Em 2014, dada continuidade às ações de melhoria iniciadas em 2012, com foco na qualidade do serviço prestado, pode-se registrar um decréscimo no registro de reclamações procedentes da ordem de 19% em relação ao ano anterior. Em 2014, a COELBA obteve o índice de 76,4 pontos no ISOP - Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida, avaliado pela ABRADEE nas distribuidoras com mais de 500 mil clientes, representando uma pequena redução do indicador que em 2013 registrou 77,8 pontos. **5.10. Programa Luz para Todos:** O Programa Luz para Todos - PLT foi instituído pelo Governo Federal com o objetivo de propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda brasileira sem acesso a esse serviço público. Com a publicação do Decreto nº 8.387, de 30 de dezembro de 2014, foi novamente prorrogada a vigência do Programa Luz para Todos para 2018. A COELBA faz hoje o gestão do maior programa de eletrificação rural do país com investimentos superiores a R\$ 3,6 bilhões, com participação financeira da Distribuidora, do Governo Federal e do Governo Estadual. A COELBA, em 2014, através do Programa Luz para Todos, ligou 18.704 novos clientes, atingindo a marca de 548.930 ligações realizadas na Bahia desde a sua implantação em 2004, promovendo desenvolvimento econômico e melhorando a qualidade de vida das pessoas. O número de ligações efetuadas pela COELBA até 2014 está demonstrado a seguir:

Programa Luz para Todos		2013	2014	Var. %
Ligação Previstas pelo Programa		593.069		
Ligação Executadas		548.930		
Até 2009		353.209		
2010		75.837		
2011		39.888		
2012		26.726		
2013		34.766		
2014		18.704		
Em execução		44.189		



**5.9. Atendimento aos Clientes:** Procurando estar sempre ao lado do cliente, a COELBA mantém uma estrutura de atendimento que facilita o acesso aos serviços disponibilizados pela empresa, tais como: • **Agências** – Disponíveis de uma rede de atendimento com 45 agências, sendo 10 na capital e 35 nas cidades polo do Estado. Além destas, contamos com 15 agências móveis sendo de que três delas na Regional de Salvador. Estas unidades móveis proporcionam um atendimento com mais comodidade aos clientes, pois leva os diversos serviços oferecidos pela COELBA até os bairros, com também reforçam a imagem da empresa estando presentes em diversas feiras, eventos comunitários e de meios de comunicação. • **COELBA Serviços** - A COELBA está presente em toda sua área de concessão (415 municípios balanos). Nos municípios onde não temos Agências Próprias, contamos com o atendimento através da rede credenciada COELBA Serviços, que finalizou o ano com 420 lojas que realizam atendimento comercial. Em 162 destas lojas dispomos de atendimento via internet utilizando o Portal do Credenciado, ferramenta desenvolvida para possibilitar atendimento online para os serviços mais procurados, tornando a rede de mais autonomia e facilidade para o atendimento ao cliente. • **Teledatendimento** - A COELBA dispõe de uma central de teledatendimento com 161 posições. Esta central recebeu, em 2014, mais de 6,5 milhões de chamadas com um tempo médio de atendimento de 216 segundos, posicionando entre as maiores centrais de teledatendimento de empresas de energia elétrica do país. **"Site"** ([www.coelba.com.br](http://www.coelba.com.br)) - O site COELBA foi novamente reformulado em outubro de 2014, possibilitando ao cliente maior facilidade de acesso ao portal e ampliação do portfólio de serviços oferecidos. Isto gerou uma procura por este canal de atendimento superior a 6,77% em relação a 2013. Foram registrados mais de 17 milhões de acessos. Dentro dos serviços oferecidos citamos o certificado de quitação de débitos, a reclamação de falta de energia, a solicitação de ligação nova, a troca de titularidade e consulta sobre o estágio das obras do Programa Luz para Todos. Foram disponibilizados também novos serviços levando mais comodidade aos nossos clientes com a consulta de dados por CPF/CNPJ ou conta contrato onde o titular pode verificar todas as dívidas das unidades consumidoras de sua responsabilidade, consulta histórica de consumo onde é possível confirmar a data de pagamento da fatura e imprimir as faturas já pagas, consulta solicitações, e ainda solicitar vistoria ou selagem de medidor. • **Serviço gratuito de SMS** foi implantado em Outubro/2011, visando facilitar o acesso do cliente para o registro da ocorrência de falta de energia, possibilitando o envio e recebimento do protocolo de sua reclamação, de forma ágil e confiável. Em 2014 registramos uma média mensal de 16.203 registros consolidando a utilização desta ferramenta de atendimento. • **Atendimento Clientes Corporativos** - Através de especialistas no segmento de energia na capital e no interior é prestado um atendimento diferenciado e personalizado para mais de 17 mil parceiros de negócios, correspondente a cerca de 65,5 mil contas-contratos. Esses clientes representam aproximadamente 37% do consumo e 25% do faturamento total da COELBA. Fazem parte deste grupo os clientes de grandes empresas (Fracalanci, Estal do Estado da Bahia, do Mercado Livre, e o maior varejista de alimentos do Grupo A), entre outros. O resultado da eficiência desta estrutura de serviços pode ser visualizado através do indicador regulado FER - Frequência Equivalente de Reclamação, que, basicamente, mede o número de reclamações procedentes para cada grupo de 1.000 consumidores, o FER para COELBA, estabelecido pela ANEEL para o ano de 2014, foi de 14, enquanto que o alcançado foi de 6,44, representando um resultado 46% menor do que a meta estabelecida. O crescimento do número de reclamações procedentes a partir de 2011 foi resultante das modificações no processo de apuração com o objetivo da uniformização do procedimento de registro de reclamações em todas as distribuidoras do país, visando a certificação exigida pelo órgão regulador e permitindo o comparo, na mesma base, dos indicadores de duração e frequência das reclamações em todas as distribuidoras. Em 2014, dada continuidade às ações de melhoria iniciadas em 2012, com foco na qualidade do serviço prestado, pode-se registrar um decréscimo no registro de reclamações procedentes da ordem de 19% em relação ao ano anterior. Em 2014, a COELBA obteve o índice de 76,4 pontos no ISOP - Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida, avaliado pela ABRADEE nas distribuidoras com mais de 500 mil clientes, representando uma pequena redução do indicador que em 2013 registrou 77,8 pontos. **5.10. Programa Luz para Todos**



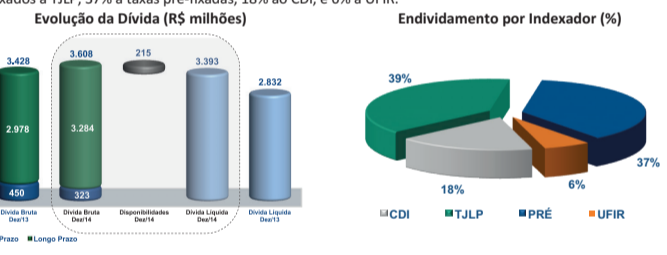
Destaca-se, ainda, o recebimento de subvenção da CDE em função da extinção da compensação de subsídios existentes nas tarifas de determinadas classes de consumidores, ocasionada pela Lei 12.783/13. No ano de 2014, as compensações contabilizadas nesta rubrica alcançaram o montante de R\$ 667 milhões. • **Contabilização dos ativos e passivos setoriais:** Em 10 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o V Aditivo ao contrato de concessão de energia elétrica, com a inclusão de cláusula específica que permite o reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios como instrumentos financeiros e alterando a avaliação quanto à probabilidade de entrada e saída de recursos que incorporem benefícios econômicos, qualificando-os para reconhecimento nas demonstrações financeiras. Tratam-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do contrato de concessão, que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e apresentar a realização dos componentes tarifários e o efeito da remuneração com obediência ao Pressuposto Básico da Competência, no processo de confrontação das despesas com as receitas entre os períodos contábeis.

Saldo em 31 de dezembro de 2013	-
Constituição	466.991
Amortização	12.681
Remuneração Financeira Setorial	692
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>480.364</b>

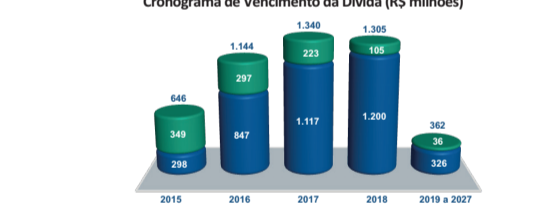
**As Deduções da Receita Bruta:** • **Aumento de ICMS no montante de R\$ 135.040, equivalente a 11,91%, em decorrência, principalmente, de:** (i) aumento da receita bruta de vendas, base do imposto; (ii) contabilização do ICMS CDE no valor de R\$ 24.324, incidente sobre os consumidores irrigantes, aquicultores, serviços públicos de água, esgoto e saneamento, cooperativas de eletrificação rural; • **Redução de 1,36% equivalente a R\$ 1.001.** A redução mencionada se deve a não realização do encargo da quota de reserva global de - RGR em função da sua extinção através da Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 e Despacho Aneel nº 34 de 10 de janeiro de 2013 e a extinção através da lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 de encargo Conta Consumo de combustível - CCC complementada pela Resolução Homologatória da Aneel nº 1429, de 24 de janeiro de 2013. **Os Custos e Despesas Operacionais:** Em 2014 alcançaram R\$ 4.720 milhões, um incremento de 12,82% equivalente a R\$ 536 milhões em relação ao ano de 2013 que foi de R\$ 4.184 milhões. Este aumento é o efeito das seguintes variações: (i) Aumento e 45,04% correspondente a R\$ 868 milhões na energia elétrica comprada para revenda; (ii) Redução de \$1,80% equivalente a R\$ 110.770 na rubrica encargo de uso/encargo de serviço do sistema de transmissão - ESS. Este efeito positivo ocorreu devido a reclassificação da Receita da CONER do Grupo de Energia Elétrica comprada para revenda para encargo de Uso da Rede Elétrica conforme Despacho nº 4.786 de 11/12/2014. **O aumento acima mencionado se deve aos seguintes fatores:** • Incremento de 4,58% no volume de energia comprada de Bilateralis em relação a 2013; • Ajuste de custos dos contratos de compra de energia vigentes ocorridos durante os períodos (principalmente pelo índice de inflação IPCA 7,5% dos contratos são CCEARs); • Maior tarifa média (mk) de compra de energia, devido à entrada de novos contratos, especialmente de térmicas, que possuem uma tarifa mais elevada; • Aumento do custo variável pago às térmicas despachadas dentro da ordem de mérito pelo ONS, para garantir o nível mínimo dos reservatórios nacionais; • Maior exposição ao mercado de curto prazo, tendo em vista o cenário de descontratação involuntária, ocasionada pelas cotas em função da Lei 12.783/13 e/ou por projetos térmicos não postergados ou cancelados; (iii) Redução de 33,71% no montante de R\$ 280.777 no custo de construção (constituída por investimentos em infra-estrutura líquida de recursos de obrigações especiais), impactada pelo recebimento de recursos de subvenções LPT, no montante de R\$ 227.370 no exercício. (iv) Incremento de 17,46% equivalente a R\$ 43.447 na rubrica Pessoal/Administradores/Entidades de Previdência Privada devido, principalmente, ao reajuste salarial do dissídio coletivo de 6,99% a partir de outubro de 2014, com impacto nas rubricas de remuneração, prolabore de 13%, férias e encargos; o pagamento da Participação nos Resultados (PLR) e Remuneração Variável (RV)/Encargos em Abril/2014, referente ao acordo coletivo de 2013; (v) Incremento da despesa com amortização em 14,48% equivalente a R\$ 40.322, motivado, basicamente pelo crescimento dos investimentos (volume de encerramento de obras ocorridas no período (em Dez/14 as contabilizações atingiram o patamar de R\$ 242.511); (vi) Incremento de Outras despesas em 14,72% equivalente a R\$ 12.473, em função, principalmente, da adesão ao REFFIS para pagamento de débitos do COFINS não homologados pela PGFN (R\$ 6.340); (vii) Incremento de Contingências em 294,69% equivalente a R\$ 23.519 devido ao encerramento de processos trabalhistas e civis; (viii) Redução da PLCD em 22,02%, correspondente a R\$ 11.535, com maior impacto na classe residencial baixa renda, reflexo do reajuste tarifário de Abril/2014 que elevou as tarifas em 10,76%; (ix) Redução da FTSEE em 27,00% equivalente a R\$ 2.586, beneficiada pela redução da obrigação mensal de repasse estabelecido através do Despacho Aneel 676, de 21/03/14. **Gerção Operacional de Caixa - EBITDA:** Com base nas variações acima expostas, a EBITDA da COELBA no ano de 2014, atingiu o montante de R\$ 1.143 milhões, o que representa um aumento de 14,45% equivalente a R\$ 144 milhões em relação ao ano de 2013, cujo montante foi de R\$ 998. A margem EBITDA da Companhia em 2014 foi de 20,61%, o que representa um aumento de 0,25 p.p. em relação a 2013. De acordo com a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2013, a divulgação do cálculo do EBITDA deve ser acompanhada da conciliação dos valores que o compõe, constantes das demonstrações financeiras da Companhia.

Conciliação do EBITDA - R\$ Mil	2013	2014	Variação %
<b>Lucro Líquido</b>	<b>495.129</b>	<b>459.267</b>	<b>-7,24%</b>
Imposto de Renda e CSLL - corrente e diferido	75.461	36.321	-51,87%
Amortização ágio e Reversão PMIMP	16.949	16.683	-1,57%
Receita Financeira	(648.735)	(799.078)	23,17%
Despesa Financeira	781.162	1.110.741	42,19%
Depreciação e amortização	278.500	318.821	14,48%
<b>(=) EBITDA</b>	<b>998.466</b>	<b>1.142.755</b>	<b>14,45%</b>

**O Resultado Financeiro da COELBA:** O resultado financeiro da COELBA, em 2014, ficou em R\$ 311.663, apresentando um aumento de 135,35% equivalente a R\$ 179.235 em relação ao ano anterior. Esta evolução é o efeito líquido, basicamente, das seguintes variações: • Incremento na renda de aplicações financeiras em R\$ 8.170, justificado pelo aumento da taxa de juros (CDI) vinculada às aplicações (CDI 10,77% em 2014 versus CDI 8,02% em 2013) e saldo médio de caixa superior em comparação ao período anterior; • Incremento de encargos, variação cambial, montante de swap (liquídidos em R\$ 159.463, justificado por: (i) aumento dos encargos de dívidas em função do crescimento no nível de endividamento da companhia e aumento do CDI em 34% em relação a 2013, com impacto de R\$ 50.428; (ii) aumento das despesas de juros em moeda estrangeira no montante de R\$ 5.344 impactada por novos ingressos de recursos do CDI, Refi JP e Refi JP; (iii) impacto de R\$ 2.714 em função da adoção de uma estratégia de hedge de câmbio; (iv) redução de swap, motivada pela mudança da sua metodologia de cálculo; (v) atualização financeira do Contrato de Cessão de Crédito Neoenergia no montante de R\$ 5.605; (v) Fee referente a captações e renegociações de contratos em R\$ 4.758; e (vi) Juros pagamento cartão de crédito em R\$ 3.161. • Redução na atualização financeira do ativo indenizável da concessão R\$ 39 MM decorrente basicamente da menor realização do IGPM no ano; • Outras receitas financeiras estão impactando positivamente por: (i) crescimento da atualização monetária de depósitos judiciais em R\$ 2.695; (ii) atualização de créditos de IR (Saldo Negativo do exercício/unificação de obras ocorridas no período em exercícios de 2011 a 2013 no montante de R\$ 11.412; (iii) superávit atuarial do plano previdenciário BD no montante de R\$ 1.756. • Outras despesas financeiras estão impactando negativamente por: (i) incremento de perda sobre procracismos moratórios de faturas de energia em R\$ 3.434; e (ii) aumento das penalidades por descumprimento de prazo de ligações, interrupções e freqüências no fornecimento de energia elétrica em R\$ 24.667. **Lucro Líquido:** Com base nos efeitos expostos anteriormente, a COELBA registrou em 2014 um lucro líquido de R\$ 459 milhões, 7,24% inferior em R\$ 36 milhões ao registrado no ano de 2013, que foi de R\$ 495 milhões. A Margem líquida em 2014 foi de 20,61%, em relação a 2013 de 19,33%. **Perfil da Dívida:** De acordo com sua Política Financeira, a COELBA busca permanentemente o alongamento e a redução do custo da sua dívida. Em dezembro de 2014, a COELBA contava com 91,02% da dívida contabilizada no longo prazo e 8,98% no curto prazo. Em dezembro de 2014 a dívida bruta da COELBA, incluindo empréstimos, debêntures e encargos, foi de R\$ 3.608 milhões (dívida líquida R\$ 3.393 milhões) apresentando um crescimento de 5,25% equivalente a R\$ 180 milhões em relação a dezembro de 2013. O indicador financeiro Dívida total líquida/EBITDA passou de 2,84 em dezembro de 2013 para 2,97 em dezembro de 2014, motivado pela redução do Caixa e de Títulos e valores mobiliários. Como demonstrado no gráfico abaixo a dívida, a COELBA mantém seu endividamento sem concentração em um único indexador. Do total da dívida, 39% estão indexados à TJLP, 37% a taxa pré-fixada, 18% ao CDI, e 6% a UFIR.



Com base no endividamento da companhia em 31 de dezembro de 2014, o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida se comporta conforme o gráfico abaixo.



## 7. INVESTIMENTOS

Visando melhorar a qualidade dos serviços e ampliar a eletrificação do Estado da Bahia, foram investidos no exercício R\$ 937 milhões, importe este constituído por recursos próprios, subvenções, benefício fiscal (REID) e captações financeiras junto ao BNDES e FINEP. O quadro abaixo mostra a evolução dos investimentos e a sua composição em 2014:

Evolução dos Investimentos - R\$ mil	2012	2013	2014	Variação
Distribuição associada a Transmissão	1.381.469	1.011.519	876.717	-13,33%
Comercialização	803	14	929	6603,27%
Administrativa	24.229	29.212	59.528	103,78%
<b>Total</b>	<b>1.406.501</b>	<b>1.040.745</b>	<b>937.173</b>	<b>-9,95%</b>

**7.1. Expansão de Rede:** Em 2014 a COELBA investiu R\$ 110,3 milhões na expansão dos sistemas de subtransmissão e distribuição, para atender à crescente demanda do mercado de energia elétrica. A tabela abaixo apresenta a evolução dos principais ativos do sistema elétrico da empresa nos últimos três anos.

Principais Ativos Elétricos	2012	2013	2014	Variação
Linhas de Transmissão (Km)	8.818	9.514	9.311	-2,11% (*)
Subestações (Un)	326	335	333	-1,19% (*)
Transformadores de Força (Un)	440	463	482	4,10%
Potência Instalada (MVA)	4.956	5.273	5.640	6,96%
Linhas de Distribuição (Km)	244.518	253.743	258.850	2,01%
Transformadores de Distribuição (Un)	197.417	210.488	219.187	4,13%

(\*) Redução decorrente de atualização cadastral das instalações (reclassificação de nível de tensão LT / redução de SE)

No exercício, foram concluídos vários empreendimentos incluindo a construção de quatro subestações (Coribe, Imbuí, Pratinho e Serrinha II 69-13,8KV). Além de nove ampliações de subestações (Barra, CIA III, Guarajuba, Ibipecta, Húba, Mutipe, Praia do Forte, Santa Bárbara e Taquile). Todas essas obras permitiram ampliar a oferta de energia elétrica, contribuindo com o desenvolvimento do Estado da Bahia e para a melhoria da confiabilidade e qualidade do fornecimento de energia elétrica em toda a área de concessão. **7.2. Modernização:** Com um investimento aplicado no exercício de 2014 no valor de R\$ 16,0 milhões em modernização, a COELBA deu continuidade ao projeto de digitalização e automação do sistema elétrico, tecnologia que permite a operação remota de subestações e pontos estratégicos da rede de distribuição. Foram automatizadas mais 43 subestações e 120 chaves/reletores da rede de distribuição que tiveram comandos remotos implantados. Atualmente, 299 subestações da COELBA (97,77% da potência total instalada) encontram-se automatizadas e integradas aos seus respectivos Centros de Operação, com também 1.638 chaves/reletores da rede de distribuição possuem telecomando. O programa de telemedida em 2014 avançou em relação à sua aplicação no combate a perdas e inadimplência com blindagem de rede e implantação de novos pontos telemedidos. Agora, já são 54.202 consumidores de baixa tensão localizados em áreas que registraram níveis elevados de perdas comerciais e inadimplência, com medidores inteligentes instalados. A tecnologia permite, remotamente, realizar o gerenciamento do consumo de energia, a correção da programação do medidor, a detecção e localização imediata de perdas comerciais, fraudes e defeitos, a execução de corte de religação a distância, bem como o faturamento automático desses clientes, reduzindo significativamente o custo do processo. É também um investimento sustentável, pois ao diminuir os deslocamentos de equipes, contribui para reduzir a emissão de gases poluentes dos veículos que as transportam. **7.3. Universalização:** O "Programa Nacional de Universalização de Acesso e Uso de Energia Elétrica" continuou a figurar como importante foco dos investimentos da COELBA em 2014, sendo destinatário de importante parcela dos recursos orçamentários de investimentos do exercício. Desde dezembro de 2008, quando a ANEEL deu por concluída a Universalização Urbana, o programa passou a compreender apenas a Universalização Rural, vertente denominada de "Programa Luz para Todos", considerado o maior programa de eletrificação rural do país. Em 2014 foram ligados 257.883 novos consumidores, sendo 50.370 em área rural, dos quais 18.704 atendidos pelo Programa Luz para Todos (R\$ 150,3 milhões), e 207.513 em área urbana, com aportes respectivos de R\$ 178,0 milhões e R\$ 235,6 milhões, totalizando um investimento em novas ligações de R\$ 413,6 milhões.

## 8. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A COELBA estando ciente dos reflexos e da influência do seu papel no contexto socioeconômico e ambiental que permeia o desenvolvimento sustentável da região e a localização imediata de perdas comerciais e inadimplência, com medidores inteligentes instalados. A tecnologia permite, remotamente, realizar o gerenciamento do consumo de energia, a correção da programação do medidor, a detecção e localização imediata de perdas comerciais, fraudes e defeitos, a execução de corte de religação a distância, bem como o faturamento automático desses clientes, reduzindo significativamente o custo do processo. É também um investimento sustentável, pois ao diminuir os deslocamentos de equipes, contribui para reduzir a emissão de gases poluentes dos veículos que as transportam. **7.3. Universalização:** O "Programa Nacional de Universalização de Acesso e Uso de Energia Elétrica" continuou a figurar como importante foco dos investimentos da COELBA em 2014, sendo destinatário de importante parcela dos recursos orçamentários de investimentos do exercício. Desde dezembro de 2008, quando a ANEEL deu por concluída a Universalização Urbana, o programa passou a compreender apenas a Universalização Rural, vertente denominada de "Programa Luz para Todos", considerado o maior programa de eletrificação rural do país. Em 2014 foram ligados 257.883 novos consumidores, sendo 50.370 em área rural, dos quais 18.704 atendidos pelo Programa Luz para Todos (R\$ 150,3 milhões), e 207.513 em área urbana, com aportes respectivos de R\$ 178,0 milhões e R\$ 235,6 milhões, totalizando um investimento em novas ligações de R\$ 413,6 milhões.

A COELBA estando ciente dos reflexos e da influência do seu papel no contexto socioeconômico e ambiental que permeia o desenvolvimento sustentável da região e a localização imediata de perdas comerciais e inadimplência, com medidores inteligentes instalados. A tecnologia permite, remotamente, realizar o gerenciamento do consumo de energia, a correção da programação do medidor, a detecção e localização imediata de perdas comerciais, fraudes e defeitos, a execução de corte de religação a distância, bem como o faturamento automático desses clientes, reduzindo significativamente o custo do processo. É também um investimento sustentável, pois ao diminuir os deslocamentos de equipes, contribui para reduzir a emissão de gases poluentes dos veículos que as transportam. **7.3. Universalização:** O "Programa Nacional de Universalização de Acesso e Uso de Energia Elétrica" continuou a figurar como importante foco dos investimentos da COELBA em 2014, sendo destinatário de importante parcela dos recursos orçamentários de investimentos do exercício. Desde dezembro de 2008, quando a ANEEL deu por concluída a Universalização Urbana, o programa passou a compreender apenas a Universalização Rural, vertente denominada de "Programa Luz para Todos", considerado o maior programa de eletrificação rural do país. Em 2014 foram ligados 257.883 novos consumidores, sendo 50.370 em área rural, dos quais 18.704 atendidos pelo Programa Luz para Todos (R\$ 150,3 milhões), e 207.513 em área urbana, com aportes respectivos de R\$ 178,0 milhões e R\$ 235,6 milhões, totalizando um investimento em novas ligações de R\$ 413,6 milhões.

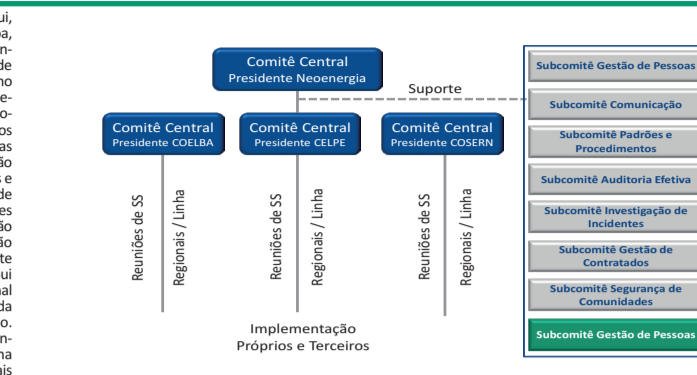
## 9. GESTÃO DE PESSOAS

O Grupo Neoenergia tem como missão ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e desenvolvimento da sociedade. A Organização acredita no Brasil e no potencial da sociedade. A principal responsabilidade de nossas empresas é com a vida das pessoas e, é através da sua valorização dessas que estimulamos a construção de uma sociedade mais justa, segura, justa e integrada. Por isso, o nosso compromisso principal ativo, o Grupo Neoenergia se baseia em alguns pilares de atuação que buscam acompanhar toda a vida funcional dos colaboradores. Com uma série de ações nas áreas de treinamento, comunicação, desenvolvimento e integração, que serão detalhadas adiante, queremos nos posicionar como uma das melhores empresas para se trabalhar. Todos os dias, buscamos aperfeiçoar os mecanismos de reconhecimento, integração e desenvolvimento de talentos, para que nosso time se dedique a ser mais eficiente e competente, maximizando os resultados operacionais e financeiros para a Organização. Em 2013, o Grupo Neoenergia revisou sua Missão, sua Visão e seus Valores e, desde então, vem trabalhando o senso de pertencimento do público interno às novas diretrizes da Companhia. Ações de fortalecimento de valores, embasadas em projetos sociais, foram realizadas em conjunto com o Instituto Marv, com o objetivo de fazer parte da atuação de uma área de agentes de mudança no município de Juazeiro. Esse projeto visa utilizar espécies nativas na arborização de ruas e praças. Neste mesmo ano, foi feita uma restauração florestal na Chapada Diamantina, onde existem três linhas de distribuição, duas com tensão de 34,5 kV (SE Mucugê - Andaraí e SE Lençóis - Palmeiras) e uma com 13,8 kV (SE Lençóis - Lençóis). Para uma melhor operação dessas linhas no sistema elétrico, houve a necessidade de realizar a reabertura da faixa de serviço, o que gerou uma supressão de 25,59 hectares de vegetação nativa. Como forma de compensação, a COELBA ficou responsável por revegetar uma área de seis hectares na região. O plano das mudas foi realizado entre os meses de maio a agosto de 2014. Foram plantadas 9.900 mudas de 14 espécies nativas arbóreas típicas da região da Chapada Diamantina. Ainda na região da Chapada Diamantina, foi realizada a revegetação de 15 hectares de mata ciliar no município de Barra da Estiva, por meio do plantio de 15.000 mudas na bacia hidrográfica do rio Paraguaçu. Esta ação é uma compensação exigida pelo INEMA, por meio de condicionante ambiental, para a construção da Linha de Distribuição 138 kV Ibiocara - Porto Alegre, com aproximadamente 87 km de extensão, instalada nos municípios de Ibiocara, Maracás e Iramaia. Espera-se que a recomposição dessa área ocorra num prazo de três anos. **Prêmios e Reconhecimentos:** A COELBA é premiada em 2014 no Prêmio da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABRACOM), na Categoria Regional Nordeste, em 2014, com o Prêmio Nacional, com o título "COELBA com Vocês". Em conjunto com o Instituto Marv, a COELBA também foi vencedora do Prêmio Fundação COGE 2014, na categoria "Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho", com o trabalho "Gestão de Saúde e Segurança das Contratadas: A Vida em Primeiro Lugar".

2014		2013 (Reclassificado)	
R\$ mil	% sobre RO	R\$ mil	% sobre RO
4.903.804	71,86%	4.903.804	71,86%
246.994	3,81%	246.994	3,81%
3.180.601	47,33%	3.180.601	47,33%

## BALANÇO SOCIAL

2014		2013	
R\$ mil	% sobre RO	R\$ mil	% sobre RO
4.903.804	71,86%	4.903.804	71,86%
246.994	3,81%	246.994	3,81%
3.180.601	47,33%	3.180.601	47,33%



**Segurança da População:** Dentre as principais ações para a população, destacamos: ações de orientação em Agências de Atendimento; ações educativas em comunidades no entorno de subestações; palestras sobre o uso seguro e eficiente da energia elétrica em diversas escolas, com o envolvimento de alunos, professores e familiares; promoção de seminários sobre instalações elétricas abordando o uso seguro e eficiente de energia, através de parcerias com entidades do Setor (Abracopel, Procore etc.); treinamento para profissionais da construção civil/instalações elétricas; parcerias educativas com estabelecimentos comerciais de construção; divulgação de meios de comunicação por meio de maçãs de campanha, entrevistas em rádio/TV/Jornal, spot de rádio, publicação de mensagens nos sites e nas contas de energia, referentes ao uso seguro e eficiente da energia elétrica. **Ações Internas:** Dentre as principais ações desenvolvidas em 2014, destacamos: • Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO; Exames Médicos Ocupacionais, Controle de Absenteísmo e Biltz Ergonômica, direcionados aos colaboradores próprios. Essa mesma prática tem sido monitorada dentro das equipes de prestadores de serviços. • Incentivo à atividade física e práticas de bem-estar por meio da continuação de projetos de incentivo a hábitos saudáveis, tais como as academias de ginástica dentro das instalações de algumas empresas ou convênios com academias locais; clubes de corrida; massagem terapêutica; feiras de saúde e qualidade de vida; jogos estaduais; campanhas e palestras educativas voltadas para a promoção da saúde e prevenção de doenças. Em 2014, realizamos também a etapa estadual dos Jogos Internos Neoenergia com as modalidades de atletismo, natação, futebol, vôlei e tênis, incentivando a integração através de boas práticas do esporte. • Segurança do Trabalho (próprios e terceirizados): Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA); constituição e coordenação das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPA; palestras e reuniões de segurança; inspeções de segurança em imóveis administrativos, subestações e equipes de campo; formação de brigadas de incêndio em planos de emergência; Controle e acompanhamento de indicadores de acidentes de trabalho; Treinamentos legais e específicos em saúde e segurança. Com o objetivo de avaliar o grau de conformidade das práticas de gestão de Saúde e Segurança dos Trabalhos adotados pelas Empresas Prestadoras de Serviços, as EPs, as distribuidoras, conforme planejamento anual - exigências contratuais e Diretrizes de Saúde e Segurança dos Trabalhos para EPs, realizamos auditorias e recepções considerando aspectos Previdenciários, Trabalhistas, Treinamento (Treinamentos, mandatórios e legais), Saúde e Segurança nas referidas empresas contratadas. De forma a garantir as exigências contratuais, são realizadas fiscalizações de equipes de campo, alojamentos, áreas de vivências, além da realização de Encontros e Seminários para os profissionais de Saúde e Segurança das EPs. **9.2. Comunicação Interna:** Entendemos que a comunicação é um dos grandes fatores de sucesso de uma instituição. Nesse sentido, nossa área de Comunicação Interna enfatiza quatro grandes diretrizes: contribuir com a solidez do negócio, melhorar o clima organizacional das empresas do Grupo, estimular o comprometimento dos colaboradores com os objetivos corporativos e fortalecer o senso de pertencimento e orgulho de fazer parte do Grupo. Com o resultado da Pesquisa de Clima do Grupo Neoenergia realizada em 2013, identificamos a necessidade de aprimorarmos as ações relacionadas às competências de liderança, especialmente no que se refere à comunicação e ao relacionamento com suas equipes. Estabelecemos um novo canal chamado "Canal Aberto Líder-Equipe" no qual o líder é instrumentalizado para transmitir informações estratégicas para suas respectivas equipes. Em 2014, foram convocados seis temas corporativos para cascateamento de informação. Entre os temas abordados estão: as atualizações do novo Código de Ética e a situação do setor de energia elétrica em 2014. **9.3. Capacitação e Desenvolvimento:** Em 2014, além de implantar plano de ação para tratar os resultados obtidos com a Pesquisa de Clima realizada em 2013, foi dada continuidade a diversos programas de treinamento direcionados para a melhoria de competência funcional dos colaboradores, visando mantê-los num processo permanente de aprendizagem e desenvolvimento e sem perder de vista a integração dessas ações com os objetivos estratégicos da Organização. Algumas iniciativas de treinamento marcaram o ano de 2014: • Continuação do programa Liderança em Você, em parceria com a Fundação Dom Cabral, que contribuiu fortemente para o desenvolvimento dos 40 participantes. • Realização de MBA em Fotovoltaica, contemplando 40 colaboradores, e de ciclo de workshops de regulação com foco em perdas, qualidade, aspectos comerciais e revisão tarifária, contemplando mais de 700 colaboradores. • Realização de Assessment visando identificar profissionais com potencial para ocupar posições de liderança, fortalecendo o nosso processo de seleção e promovendo a retenção desses talentos. • Realização de mais uma edição do Programa de Preparação para Aposentadoria, denominado "Meu Momento", destinado a dar suporte a todos os colaboradores em fase de aposentadoria, levando-o a realizar essa transição com menor impacto. • Continuação do Programa de Estágio, Cultivando Talentos, que tem por objetivo tornar os estagiários a base da cadeia de talentos da Neoenergia, através de ações desenvolvidas especificamente para este público. • Programa de Gestão de Desempenho - PGD obteve excelente índice de adesão: 98% dos colaboradores tiveram seus objetivos cadastrados no sistema e o acompanhamento feito por seus líderes segundo cronograma estipulado. • Estruturação de trilha de formação para os coordenadores das áreas operacionais em níveis técnicos de geração e distribuição, visando o aperfeiçoamento das competências técnicas e comportamentais do público alvo - serão implantadas em 2015. • Treinamento sobre conceitos éticos e o novo Código de Ética. Lançada em 2013, a plataforma de educação a distância do Grupo Neoenergia, a #redeaprender, ofereceu ao longo de 2014 cursos, artigos e ambiente colaborativo aos colaboradores das quatro localidades onde foi implantada. Obtivemos excelentes índices de utilização (98% dos usuários consideram que os cursos têm aplicabilidade no seu trabalho e 95% tiveram suas expectativas atendidas; 97% na forma fácil e intuitiva e 83% não tiveram problemas técnicos ou lentidão e iniciaram a expansão de para mais seis localidades, representando um incremento de 12% de usuários. Atualmente a plataforma conta com 23 cursos de catálogo (cobrindo temas como finanças, idiomas, Ética, pacote MSOffice e gestão de pessoas) e uma trilha de Integração para novos colaboradores. A #redeaprender - Liderança é um ambiente de colaboração e aprendizagem que traz conteúdos premium de executivos, especialistas e instituições renomadas, como a *Harvard Business Publishing*, selecionados de acordo com as competências consideradas mais relevantes pelos líderes do Grupo Neoenergia. Em 2014 foram trabalhadas as competências Liderança, Comunicação, Excelência Operacional e Inovação.

**10. OUTROS DESTAQUES**

**10.1. Integridade e Ética:** No novo Código de Ética, revisto em 2014, estão expressos os princípios éticos e os compromissos que norteiam a conduta de nossos colaboradores, bem como a interação do Grupo com diferentes públicos. Em 29 de setembro de 2014, a Neoenergia lançou seu novo Código de Ética, aderente à nova Missão, à sua Visão e aos seus Valores, reforçando sua postura ética e de integridade, inclusive com a inclusão de dispositivos que claramente mostram a posição de repúdio do Grupo em relação à corrupção, às práticas discriminatórias, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo. O lançamento envolveu uma ampla campanha de divulgação nas empresas. Todos os funcionários, executivos e colaboradores receberam o novo Código e foram informados acerca dos principais dispositivos. Além disso, foi disponibilizado um treinamento específico na #redeaprender - plataforma de ensino online do Grupo. O Comitê de Ética do Grupo Neoenergia garante o anonimato de denúncias e está 100% à disposição para consultas, auxiliando na interpretação do código e incentivando e divulgando medidas preventivas de possíveis desvios. Para aprimorar a gestão ética na Neoenergia foi criada, em 1º de outubro de 2014, uma superintendência de Ética, que tem como atribuições, dentre outras, o reforço da cultura de cumprimento de normas e procedimentos, a identificação de riscos contratuais relacionados à ética e à integridade, a gestão do código de ética e o desenvolvimento de medidas de prevenção de fraudes e de práticas de corrupção. **10.2. Rating:** Em 26 de junho de 2014, a Standard & Poor's Ratings Services reafirmou os ratings de crédito corporativo atribuídos à Neoenergia e às suas controladas Coelba, Celpe e Cosern "BBB-" na Escala Global e "brAA-" na Escala Nacional Brasil. A perspectiva é estável. Ao mesmo tempo, reafirmou os ratings de emissão atribuídos à Termo-pernambuco e Itapebi "brAA-" com base na garantia incondicional e irrevogável da Neoenergia, empresa controladora. O quadro abaixo apresenta a evolução dos ratings de créditos corporativos atribuídos à Neoenergia e às distribuidoras do Grupo, além das emissões de debêntures das geradoras.

Rating Corporativo - Escala Nacional	2011	2012	2013	2014
<b>NEOENERGIA</b>	AAA	AAA	AAA	AAA
Perspectiva	Estável	Estável	Estável	Estável
<b>COELBA</b>	AAA	AAA	AAA	AAA
Perspectiva	Estável	Estável	Estável	Estável
<b>CELPE</b>	AAA	AAA	AAA	AAA
Perspectiva	Estável	Estável	Estável	Estável
<b>COSEEN</b>	AAA	AAA	AAA	AAA
Perspectiva	Estável	Estável	Estável	Estável
<b>ITAPEBI (Debêntures)</b>	AA+	AA+	AA+	AA+
Perspectiva	Estável	Estável	Estável	Estável
<b>TERMOPE (Debêntures)</b>	AA+	AA+	AA+	AA+
Perspectiva	Estável	Estável	Estável	Estável

Fonte: Standard & Poor's 26/06/2014.

## 11. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"), renovado em 01/06/2014, com vigência de 18 (dezoito) meses, para prestação dos seguintes serviços de auditoria:

Serviços	2014	% em relação a auditoria
<b>Auditoria das Demonstrações Contábeis (Inclui revisões trimestrais e tradução)</b>	<b>721.315</b>	<b>100%</b>
<b>Outros serviços de Auditoria:</b>		
Auditoria de Ativos e Passivos Regulatórios (CVA's)	19.794	3%
Auditoria das Demonstrações Regulatórias (DCR)	6.598	1%
Auditoria do Relatório de Controle Patrimonial (RCP		



**BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em milhares de reais**

ATIVO	Notas	31/12/2014		31/12/2013		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/2014		31/12/2013	
				(Reclassificado)					(Reclassificado)		
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	7	206.588	573.253			Fornecedores	20	706.540	464.292		
Contas a receber de clientes e outros	8	1.056.561	817.883			Empréstimos e financiamentos	21	323.226	346.583		
Títulos e valores mobiliários	9	4.755	22.094			Debêntures	22	103.218	103.218		
Impostos e contribuições a recuperar	11	164.700	171.603			Salários e encargos a pagar	23	58.927	50.056		
Estoques		13.061	12.462			Taxas regulamentares	24	15.085	31.599		
Despesas pagas antecipadamente	12	12.370	13.494			Impostos e contribuições a recolher	25	124.000	136.303		
Entidade de previdência privada		-	6.002			Dividendos e juros sobre capital próprio	26	221.168	114.778		
Serviços em curso	13	28.871	32.878			Provisões	27	25.545	33.978		
Ativos financeiros setoriais	14	350.987	-			Obrigações de Benefícios Pós-Emprego		16.305	-		
Outros ativos circulantes	16	47.851	48.328			Outros passivos circulantes	28	197.123	385.448		
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>1.885.744</b>	<b>1.697.997</b>			<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>1.687.914</b>	<b>1.666.255</b>		
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Contas a receber de clientes e outros	8	59.411	85.999			Fornecedores	20	43.100	51.177		
Títulos e valores mobiliários	9	3.528	213			Empréstimos e financiamentos	21	3.284.301	2.977.995		
Impostos e contribuições a recuperar	11	56.018	69.742			Taxas regulamentares	24	16.053	2.736		
Impostos e contribuições diferidos	15	307.440	288.852			Impostos e contribuições a recolher	25	4.316	15.860		
Depósitos judiciais	17	285.045	203.955			Provisões	27	192.680	166.689		
Entidade de previdência privada		6.440	14.983			Obrigações de Benefícios Pós-Emprego		298.617	242.246		
Ativos financeiros setoriais	14	129.377	-			Recursos destinados a aumento de capital		2.402	2.402		
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	18	2.008.433	1.593.886			Outros passivos não circulantes	28	18.044	15.607		
Outros ativos não circulantes	16	2.325	2.834			<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>3.859.513</b>	<b>3.474.714</b>		
Investimentos		7.914	8.323			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Intangível	19	3.583.117	3.666.472			Capital social		542.163	542.163		
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>6.449.048</b>	<b>5.935.259</b>			Reservas de capital		698.050	698.050		
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>8.334.792</b>	<b>7.633.256</b>			Reservas de lucros		1.569.851	1.230.353		
						Outros resultados abrangentes		(22.699)	21.723		
						<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.787.365</b>	<b>2.492.289</b>		
						<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL</b>		<b>8.334.792</b>	<b>7.633.256</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUDAÇAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais**

	Reserva de Capital				Reservas de Lucros				Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Reserva de Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva de Incentivo de Lucros	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva de Lucros a Realizar	Reservas de Lucros	Reservas de Lucros				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)</b>	<b>542.163</b>	<b>18.569</b>	<b>339.052</b>	<b>340.429</b>	<b>753.086</b>	<b>108.433</b>	<b>39.266</b>	<b>48.065</b>	<b>875</b>	<b>(76.824)</b>	<b>3.391</b>	<b>2.015.221</b>
Reversão de Dividendos/JSCP prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	214	-	-	214
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	214	(3.391)	(3.177)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	495.129	-	495.129
Resultado das Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	98.545	-	-	98.545
Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	-	-	-	98.545	-	-	98.545
<b>Destinações:</b>												
Reserva de Incentivo Fiscal SUDENE	-	-	-	-	101.284	-	-	-	-	(101.284)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(113.429)	-	(113.429)
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(280.416)	-	(280.416)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>542.163</b>	<b>18.569</b>	<b>339.052</b>	<b>340.429</b>	<b>753.086</b>	<b>108.433</b>	<b>39.266</b>	<b>48.065</b>	<b>1.089</b>	<b>21.721</b>	<b>-</b>	<b>2.492.289</b>
Reversão de Dividendos/JSCP prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.115
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.115
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	459.267	-	459.267
Resultado das Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(44.420)	-	(44.420)
Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(44.420)	-	(44.420)
<b>Destinações:</b>												
Reserva de Incentivo Fiscal SUDENE	-	-	-	-	63.621	-	-	-	-	(63.621)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(120.886)	-	(120.886)
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(274.760)	-	(274.760)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>542.163</b>	<b>18.569</b>	<b>339.052</b>	<b>340.429</b>	<b>816.707</b>	<b>108.433</b>	<b>594.442</b>	<b>48.065</b>	<b>2.204</b>	<b>(22.699)</b>	<b>-</b>	<b>2.787.365</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais**

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2014		31/12/2013		REDUÇÃO DOS PASSIVOS OPERACIONAIS	31/12/2014		31/12/2013	
			(Reclassificado)				(Reclassificado)		
<b>Lucro do Período antes do Imposto de Renda e Contribuição Social AJUSTOS PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>512.271</b>	<b>587.539</b>			Fornecedores	234.171	67.439		
Amortização*	326.551	286.129			Salários e encargos a pagar	8.866	1.666		
Ativos financeiros setoriais	(480.364)	-			Encargos de dívidas e swap pagos	(312.094)	(294.442)		
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	396.869	284.008			Taxas regulamentares	(5.734)	(27.940)		
Atualização monetária ativo financeiro de concessão	(45.935)	(69.217)			Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(66.392)	(64.448)		
Perda com baixa do ativo intangível em curso	39.412	26.628			Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(23.847)	(83.639)		
Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	14.780	38.810			Indenizações/contingências pagas	(40.367)	(45.916)		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15.523	7.183			Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	(22.134)	32.782		
Atualização monetária do benefício pós emprego	27.504	-			Outras passivos	(185.888)	241.381		
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>	<b>806.611</b>	<b>1.161.080</b>			<b>CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(922.479)</b>	<b>(982.565)</b>		
Contas a receber de clientes e outros	(227.613)	209.963			<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
IR e CSLL a Recuperar	33.415	41.605			Captação de empréstimos e financiamentos	467.733	695.695		
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	4.894	(27.534)			Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(236.176)	(229.123)		
Estoques	(599)	1.556			Amortização do principal de debêntures	(101.893)	(179.184)		
Depósitos judiciais	(70.785)	(15.102)			Obrigações vinculadas	299.783	174.733		
Despesas pagas antecipadamente	1.124	(11.857)			Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(13.380)	(169.425)		
Entidade de previdência privada	14.545	3.737			<b>UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>416.067</b>	<b>292.626</b>		
Outros ativos	(8.426)	(44.804)			<b>REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(366.665)</b>	<b>320.774</b>		
	<b>(253.445)</b>	<b>157.564</b>			Caixa e equivalentes no início do período	573.253	252.474		
					Caixa e equivalentes no final do período	206.588	573.253		
					<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA</b>	<b>(366.665)</b>	<b>320.774</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA, sociedade por ações de capital aberto, listada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), controlada pela NEOENERGIA S/A ("NEOENERGIA"), é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autarquia vinculada ao Ministério das Minas e Energia. A sede da Companhia está localizada na Av. Edgar Santos, 300, Nandará, Salvador - Bahia. A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², outorgada pelo Decreto de 6 de agosto de 1997 e regulada pelo Contrato de Concessão nº 010, firmado em 8 de agosto de 1997 e aditivos, com vigência de 30 anos, até 7 de agosto de 2027. Em 10 de dezembro de 2014, a Companhia assinou junto à ANEEL, o V Aditivo ao contrato de concessão de energia elétrica, com a inclusão de cláusula específica que alterou a natureza dos ativos e passivos regulatórios, tornando-os instrumentos financeiros. Desta forma, passou a ser requerido o reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros setoriais e alterando a avaliação quanto à probabilidade de entrada e saída de recursos que incorporem benefícios econômicos, qualificando-os para reconhecimento nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002. A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração da demonstração contábil do exercício em 12/02/2015, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

**2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

**2.1 - Base de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatos observáveis e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede de distribuição não faturados, o registro da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM, CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014. As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

**2.2 - Conversão de saldos em moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

**2.3 - Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que os benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos sobre vendas.

**a) Receita faturada:** Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas.

**b) Receita não faturada:** Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

**c) Receita de construção:** A interpretação Técnica ICPC 01(R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas no ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

**d) Receita de juros:** A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

**2.4 - Impostos e Contribuições:** As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto sobre Serviços - ISS às alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados deduzindo os custos operacionais na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do ICMS, PIS e da Cofins relacionados às aquisições para ativo imobilizado são apresentados deduzindo o custo de aquisição dos respectivos ativos. Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: a) Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; b) Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e c) Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

**LUCRO:** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente são de 25% e 9%, respectivamente. As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adotou o Regime Tributário de Transição - RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos. A Companhia tem direito a redução do Imposto de Renda (Incentivo Fiscal SUDENE), calculada com base no lucro da exploração (vide nota explicativa nº 25). O imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto diferido passivo é integralmente reconhecido para todas as diferenças tributárias temporárias. O imposto diferido ativo é reconhecido para todas as diferenças tributárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são reavaliados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária. A Lei nº 12.973/14, que resultou da conversão da MP 627/13, tem por objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e às normas contábeis, de modo a extinguir o Regime Tributário de Transição (RTT) no ano calendário 2015. A Companhia optou por não aderir antecipadamente à adoção das novas



ção cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição. Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente (vide nota explicativa nº 19). **2.16 - Análise do Valor de Recuperação dos Ativos:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas: • Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e, • Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. **2.17 - Empréstimos, financiamentos e debêntures:** As obrigações em moeda nacional e estrangeira são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos. Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, nesse caso o ativo intangível correspondente ao direito de uso da infra-estrutura para a prestação do serviço público, estão incluídos no custo do intangível em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008 e 672, de 20 de outubro de 2011, que aprovaram, respectivamente, os CPC's 04 (R1) - Ativo Intangível e CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificado são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos. **2.18 - Taxas regulamentares: a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE):** Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL. A partir de 1º de janeiro de 2013, a Lei nº 12.783 reduziu em 75% a arrecadação da CDE. **b) Programas de Eficiência Energética (PEE) - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE):** São programas de re-investimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. **c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE):** Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. **d) Encargo do Serviço do Sistema - ESS:** Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração. **2.19 - Participação nos resultados:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O valor atribuído a essa participação é registrado como despesa operacional. **2.20 - Distribuição de dividendos:** A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e na Interpretação Técnica CPC 08 (R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos, a título de dividendos, após destinação da reserva legal. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "dividendo próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios. Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia. **2.21 - Obrigações com benefícios pós-emprego e outros benefícios:** A Companhia patrocina planos de benefícios a empregados, descritos em detalhes na nota explicativa nº 37. Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e assistência saúde são calculados anualmente utilizando o método da unidade de crédito projetada, por atuário independente, com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados nos termos da deliberação CVM nº 695, de 13/12/2012 e CPC 33 (R1). O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. O objetivo desse método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período no qual é previsto que este irá trabalhar para a empresa. Para os aposentados ou já elegíveis ao benefício esse custo equivale ao valor presente total dos benefícios atuais. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais e financeiras tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuições dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos, em conformidade com a Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) nº 26, de 29/09/2008 e aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Os ganhos e prejuízos atuariais são reconhecidos como resultado abrangente diretamente no Patrimônio Líquido, de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão sejam reconhecidos no Balanço Patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit dos planos. **2.22 - Provisões:** A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas e civis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia também está sujeita a reclamações civis e trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas. **2.23 - Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas por força de legislação ou cláusulas contratuais, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras (passivos). **2.24 - Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE:** Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente. **2.25 - Questões ambientais:** A Companhia capitaliza com parte do custo de um projeto, gastos referentes a demandas ambientais consistência da nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e tem por motivadores os "condicionantes ambientais" exigidos pelos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. Nesse particular, estão enquadrados o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA e o Instituto do Meio Ambiente - IMA, este na esfera estadual. Os "condicionantes ambientais" correspondem a compensações que devem ser realizadas para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento. Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONG's e outros entes que promove a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional. O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes. **2.26 - Segmento de negócios:** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 22 - Informações por segmento, conforme o IFRS 8 - *Operating segments*, segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. Todas as decisões tomadas pela Companhia são baseadas em informações consolidadas, os serviços são prEstados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte. **2.27 - Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03"). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado ("CPC 09").

### 3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações: OCPF 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábeis - Financieiros de Propósito Geral - divulgada pela Deliberação CVM nº 696, de 11 de novembro de 2014 (Aprovação do CPC em 26 de setembro de 2014). A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia. OCPF 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos relatórios Contábeis-Financieiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade.Os impactos desta orientação foram reconhecidos nos saldos apresentados em 31/12/2014, prospectivamente. REVISÃO DE PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS Nº 04 - Documento de revisão apresenta alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas decorrentes de alterações procedidas no que se refere à consolidação de controladas, específicas para Entidades de Investimento, bem como aos Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2), CPC 05 (R1), CPC 15 (R1), CPC 21 (R1), CPC 31, CPC 32, CPC 35 (R2), CPC 37 (R1), CPC 38, CPC 39, CPC 40 (R1) e CPC 45. A revisão destes pronunciamentos não impactou as demonstrações financeiras da Companhia. REVISÃO DE PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS Nº 05 - Documento de revisão apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) e CPC 38, decorrentes de alterações nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB em maio (Recoverable Amount Disclosures for Non-Financial Assets) e junho de 2013 (Novation of Derivatives and continuation of Hedge Accounting). (i) Altera o item 130 e a ítem (c) do item 134 do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e (ii) Altera os itens 191 e 101 e inclui o item AG113A no Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A revisão destes não impactou as demonstrações financeiras da Companhia

### 4. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

Em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e o consequente aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País, o Governo Federal, através do Decreto nº 7.945/13, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas e da exposição involuntária das distribuidoras ao mercado atacadista de energia. Em 07 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14, de forma a incluir a neutralização da exposição involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, para a competência de janeiro de 2014, decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes realizado em dezembro de 2013. Em 2 de abril de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.221/2014 garantindo o direito das distribuidoras de reembolso dos custos extraordinários provenientes de energia termoeleétrica através de contratos por disponibilidade além daquelas adquiridas no mercado de curto prazo para o período de fevereiro até dezembro de 2014. O decreto define que caberá à CCEE contratar as operações de crédito destinadas à cobertura prevista no parágrafo anterior e gerir a CONTA-ACR, assegurando o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL homologar, mensalmente, os valores a serem pagos pela CONTA-ACR a cada Concessionária de Distribuição, mediante a utilização dos recursos de que trata o Decreto nº 8.221/14, considerando a cobertura tarifária vigente. Adicionalmente o Decreto nº 8.221/2014 também estabelece que deverá ser mantido na CONTA-ACR saldo suficiente para assegurar o fluxo de pagamentos das operações de crédito a ser contratado pela CCEE, podendo este saldo ser dado em garantia em favor dos credores destas operações, inclusive por meio de cessão fiduciária. Em 16 de abril de 2014, a ANEEL emitiu a Resolução 612/14 e em 22 de abril de 2014 o Despacho 1.256/14, detalhando o funcionamento da CONTA-ACR e homologando os valores repassados pela CCEE às empresas distribuidoras, relativamente à competência de fevereiro de 2014. Em 25 de abril de 2014, foi assinado um Contrato de Financiamento da Operação ACR - Ambiente de Contratação Regulada pela CCEE, junto a diversas instituições financeiras, com limite total de até R\$11,2 bilhões, repassados às distribuidoras que incorreram nos custos adicionais descritos acima. Tendo em vista que tal montante se mostrou insuficiente para a finalidade desejada, em 15 de agosto de 2014 foi assinado novo Contrato de Financiamento, no valor adicional de R\$ 6,6 bilhões. A CCEE líquida esse compromisso financeiro com o recebimento das cotas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas cotas são estabelecidas mensalmente pela ANEEL para cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE.

### 5. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

**Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração identificou julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir: a) Bifurcação dos Bens da Concessão do Serviço Público - Ativo Financeiro Indenizável e Ativo Intangível. A Companhia adota a premissa de que os bens são reversíveis no final do contrato de concessão, com direito de recebimento integral de indenização pelo poder concedente, sobre os investimentos ainda não amortizados e estimou o

ativo financeiro indenizável oriundo da concessão, considerando os investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, sendo tais montantes classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. A parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor novo de reposição) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação está condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos clientes. Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia adotou a premissa de que será indenizada pelo valor novo de reposição contábil ao final da concessão. Essa determinação impactou a base de formação dos ativos que possuem cláusula de indenização prevista no contrato de concessão, norteados pela ICPC-01(IFRIC-12). b) Contratos de Construção: Em atendimento ao CPC 17 e ICPC 01, a Companhia contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura, considerando que no negócio de distribuição de energia elétrica no Brasil não há margem nos serviços de construção. Desta forma, a margem de construção foi estabelecida como sendo igual a zero, já que os valores desembolsados na atividade de construção são pleiteados, sem a incidência de qualquer margem, na Base de Remuneração Regulatória da Sociedade. A atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica, não sendo prevista, na estrutura tarifária, a remuneração com margem diferente de zero, sobre os serviços de construção. c) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. d) Provisões para riscos tributários, civis, regulatórios e trabalhistas: A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, civis, regulatórias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes. f) Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Imposto de renda diferido ativo é reconhecido na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. g) Benefícios pós-emprego: O custo dos planos de aposentadoria e assistência saúde com benefícios definidos e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos totais de benefícios de aposentadorias e pensões e contribuições dos empregados. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

### 6. RECLASSIFICAÇÕES DOS SALDOS COMPARATIVOS

Os saldos a seguir referentes ao Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2013 foram reclassificados para fins de comparação e melhor apresentação, conforme segue:

	31/12/13			
	Divulgado	Reclassificados	Reclassificado	Ref.
<b>Ativo Circulante</b>				
Outros ativos circulantes	42.267	(6.061)	36.206	(a)
<b>Ativo Não Circulante</b>				
Partes relacionadas	310	(310)	-	(b)
Outros ativos não circulantes	2.524	310	2.834	(b)
<b>Passivo Circulante</b>				
Fornecedores	500.450	(36.158)	464.292	(c)
Outros passivos circulantes	343.135	42.313	385.448	(a)/(c)
<b>Passivo Não Circulante</b>				
Partes relacionadas	94	(94)	-	(b)
<b>Receita Bruta</b>				
Outras receitas	333.520	(80.833)	252.687	(d)
<b>Custo dos Serviços</b>				
Energia elétrica comprada para revenda	(2.222.976)	80.834	(2.142.142)	(d)

(a) Recursos CDE a devolver no ativo, reclassificado para "Outros passivos circulantes"; (b) Saldos com Partes Relacionadas passaram a ser apresentados como "Outros ativos/passivos circulantes"; (c) Reclassificação de valores pagos com cartão de crédito de "Fornecedores" para "Outros passivos circulantes"; (d) Reclassificação dos valores referente a Ressarcimento de energia elétrica de "Outras Receitas" para "Energia elétrica comprada para revenda", conta redutora, conforme Despacho de encerramento de exercício de 2014, nº 4.786, divulgado pela ANEEL.

### 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/14	31/12/13
Caixa e Depósitos bancários à vista	45.817	40.314
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	998	6.622
Letras Financeiras do Tesouro	18.694	-
Fundos de Investimento Exclusivos	141.079	526.311
	<u>206.589</u>	<u>573.257</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização. As Aplicações financeiras correspondem a operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A carteira de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2014 é constituída por: • Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por ativos com maior rentabilidade e menor nível de risco, tais como: Operações Compromissadas, Títulos Públicos, CDB's e Cotas de Fundos. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia; • Certificados de Depósito Bancário - CDB's pós-fixados, remunerados a percentuais que variam de 90% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP); e • LFT composto por títulos pós-fixado cuja rentabilidade segue a variação da Taxa Selic diária, registrada entre a data de liquidação da compra e a data de vencimento do título, acrescida, se houver, de ágio ou deságio no momento da compra. O valor de mercado da LFT apresenta baixa volatilidade, evitando perdas no caso de venda antecipada.

### 8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostas da seguinte forma:

	Ref.	31/12/14	31/12/13
<b>Consumidores</b>	(a)	1.136.874	1.041.899
Terceiros		1.136.866	1.041.880
Partes relacionadas		8	19
Títulos a receber		6.040	1.995
Terceiros		6.040	1.995
Comercialização de energia na CCEE		14.830	14.829
Disponibilização do sistema de distribuição	(b)	17.114	14.442
Terceiros		16.536	14.151
Partes relacionadas		578	291
Serviços prEstados a terceiros		10.797	11.491
Serviços taxados e administrativos		8.675	10.279
Subvenções / Subsídios Governamentais	(c)	205.513	84.105
Outros créditos		42.868	36.058
Terceiros		42.868	36.058
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	(326.739)	(311.216)
Total		1.115.972	903.882
Circulante		1.056.561	817.883
Não circulante		59.411	85.999

	Saldos vencidos		Total	PCLD	
	Até 90 dias	Mais de 90 dias		31/12/14	31/12/13
<b>Sector privado</b>					
Residencial	153.736	119.464	199.195	462.423	(199.195)
Industrial	78.580	7.201	16.134	101.915	84.735
Comercial, serviços e outras	110.284	30.302	44.821	185.407	(40.950)
Rural	31.696	9.428	26.733	67.857	59.062
Total	374.296	166.395	286.883	827.574	772.449
				(275.867)	(263.802)
<b>Sector público</b>					
Federal	4.766	3.220	1.306	9.292	7.819
Estadual	8.099	5.613	879	14.591	11.830
Municipal	11.753	6.158	1.304	19.215	19.867
Total	24.618	14.991	3.489	43.098	39.516
Iluminação pública	29.687	2.813	1.535	34.035	30.009
Serviço público	33.385	4.561	3.065	41.011	38.042
Fornecimento não faturado	191.156	-	-	191.156	155.883
Total	653.142	188.760	294.972	1.136.874	1.041.899
Circulante				1.085.018	962.070
Não circulante				51.856	79.829

As contas a receber de consumidores do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidas, de consumidores inadimplentes, e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Inclui juros e multa calculados pró-rata temporis. (b) **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE:** Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (entidade Mercado Atacadista de Energia - MAE) informado pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado. Os valores de longo prazo compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada a incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito. O saldo a receber em 2014 é de R\$ 14.830 (R\$ 14.829 em 31 de dezembro de 2013) (c) **Subvenções:** (a) O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 55.246 (R\$ 45.969 em 31 de dezembro de 2013) referente aos meses de novembro e dezembro de 2014. (c) O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita - DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença. Em 15 de abril de 2014, foi emitida a resolução homologatória nº 1.714/2014 aprovando o valor mensal de R\$ 19.123 a ser repassado pela Eletrobrás durante o período de abril de 2014 a fevereiro de 2015. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 150.267 (R\$ 38.136 em 31 de dezembro de 2013), sendo R\$ 24.861, referente ao período tarifário anterior e R\$ 125.405 referente aos meses de junho a dezembro de 2014. (d) **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída após criteriosa análise das contas a receber vencidas, com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos consumidores e as garantias reais para os débitos, e é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber. Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido - CSL.

### 9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados com contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de financiamentos, com carência para resgate acima de 90 dias.

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/14	31/12/13
Banco do Brasil	(b)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	3.454	4.732
Banco Itaú	(a)	Títulos Públicos	jul-14	CDIC	-	766
Banco Nordeste do Brasil	(c)	CDB	jul-16	CDI	-	11.661
Bradesco	(b)	Fundo Recife	(*)	CDI	2	5
Bradesco	(a)	LFT	mar-15	CDI	26	87

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/14	31/12/13
Bradesco	(a)	CDB	abr-14	CDI	-	11
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	jan-15 / fev-15 /set-15/ dez-15/fev-17	CDI	1.871	



A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Ativo	31/12/14		31/12/13	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	44.538	44.538	36.701	36.701
Provisão para passivo atuarial	312.695	312.695	241.116	241.116
Provisão contenciosa	200.746	200.746	183.188	183.188
Provisão PLR	24.499	24.499	14.428	14.428
Incentivo fiscal Sudele	89.800	-	25.781	-
Ajustes Base Regulatória	(69.432)	-	(69.432)	-
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	67.059	67.059	28.598	28.598
Perda CCEE	17.093	17.093	17.093	17.093
Ajustes RTT	-	-	-	-
Valor justo de derivativos financeiros	27.444	27.444	-	-
Déficit plano previdenciário	1.251	1.251	1.251	1.251
Ativos e passivos regulatórios	-	-	112.113	112.113
Outros	11.591	11.591	19.078	19.078
Total Ativo	727.284	706.916	609.915	653.566
<b>Passivo (-)</b>				
Ajustes RTT	(200.569)	(199.928)	(22.000)	(22.000)
Valor justo de derivativos financeiros	-	-	(154.632)	(153.991)
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	-	-	(13.944)	(13.944)
Ajuste da quota anual de amortização	-	-	(63.536)	(63.536)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(64.403)	(64.403)	(237)	(237)
Déficit plano previdenciário	(8.732)	(8.732)	(20.869)	(20.869)
Superávit plano previdenciário	(4.881)	(4.881)	(7.088)	(7.088)
Custo de captação	(278.989)	(278.348)	(282.306)	(281.666)
Total Passivo	448.795	428.568	327.609	371.900
<b>Total Líquido</b>				

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera, conforme Deliberação CVM nº 371/02 e CPC 32 (aprovado pela Deliberação CVM 599/09). Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia. A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

	Acumulado		Acumulado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	512.271	512.271	587.539	587.539
Amortização do ágio e reversão da PMPL	(16.683)	(16.683)	(16.948)	(16.948)
Ajustes decorrentes do RTT	(85.874)	(85.874)	48.836	48.836
Juros sobre capital próprio	(120.887)	(120.887)	(113.429)	(113.429)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	288.827	288.827	505.998	505.998
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	72.207	25.994	126.500	45.540
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Juros sobre obras em andamento - JOA	17	-	-	17
Contribuições e doações	3	1	91	33
Multas indedutíveis	766	276	183	66
Depreciação veículos executivos	46	17	42	15
Outras adições	1.322	(424)	16.596	8.250
(-) Exclusões	2.137	(113)	16.912	8.381
Reversão da PMPL	(8.096)	(2.915)	(8.226)	(2.961)
Incentivo fiscal SUDENE	(63.621)	-	(101.284)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(2.550)	-	(1.965)	-
Imposto de renda e contribuição social no período	(74.267)	(2.915)	(111.475)	(2.961)
Diferido de diferença temporária de RTT	77	22.966	31.937	50.960
Imposto de renda e contribuição social no resultado	5.527	7.751	(3.064)	(4.371)
Corrente	5.604	30.717	28.873	46.589
Recolhidos e Pagos	18.950	29.760	(24.372)	30.681
Compensados e deduzidos	27.944	38.448	25.899	38.549
Impostos antecipados a recuperar	2.709	3.819	2.604	2.604
Diferido	(11.703)	(12.507)	(52.875)	(7.868)
	(13.346)	957	53.245	15.908
	5.604	30.717	28.873	46.589

A Lei nº 12.973/14, que resultou da conversão da MP 627/13, tem por objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e às normas contábeis, de modo a extinguir o Regime Tributário de Transição (RTT) no ano calendário 2015. A opção poderia ser antecipada para o exercício de 2014, conforme IN 1.499 de 14/10/2014. Porém a Companhia optou por não aderir antecipadamente à adoção das novas regras, o fazendo somente a partir do ano calendário de 2015. As novas regras não geram impactos relevantes para a Companhia, tendo em vista que os itens tratados atualmente como RTT permanecerão tendo o mesmo efeito tributário. (b) **Benefício Fiscal - Ágio Incorporado da Controladora:** O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/99 e 349/01. Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são como segue:

	Ano	Fatores	Ano	Fatores
Benefício fiscal	2019	0,03680	2023	0,02970
Amortização acumulada	2020	0,03480	2024	0,02820
Reversão acumulada	2021	0,03280	2025	0,02680
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	2022	0,03130	2026	0,02540
Amortização				
Reversão				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>				
Ativo Não Circulante				
156.735				
156.735				

O ágio fiscal está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, desde junho de 2000, em 319 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, como determina a Resolução ANEEL nº 195, de 07 de junho de 2000 e o Despacho nº 2.250, de 20 de dezembro de 2005 conforme curva abaixo:

Ano	Curvas de amortização de ágio		
	Fatores	Fatores	
2015	0,04340	2019	0,03680
2016	0,04180	2020	0,03480
2017	0,04010	2021	0,03280
2018	0,03790	2022	0,03130

## 16. OUTROS ATIVOS

	Ref.	31/12/14	31/12/13
Adiantamentos a empregados		6.129	1.537
Adiantamentos a fornecedores	(a)	25.199	18.808
Serviços prestados a terceiros		740	3.621
Dispêndios a reembolsar em curso	(b)	11.643	13.667
Cobrança extra judicial		700	770
Uso mútuo de postes		2.056	6.106
Sub-rogação CCC		1.081	1.457
Outros créditos a receber		2.628	5.196
Total		50.176	51.162
Circulante		47.851	48.328
Não circulante		2.325	2.834

(a) Valores concedidos antecipadamente aos fornecedores, contra prestação futura de um serviço ou entrega de material. (b) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsados através de subvenções de recursos do Governo Federal.

## 17. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Ref.	31/12/14	31/12/13
Trabalhistas		137.293	115.230
Cíveis		85.226	62.227
Fiscais:		55.500	21.576
PIS / COFINS		2.342	2.220
Incentivo fiscal SUDENE	(a)	9.271	8.508
Impostos municipais	(b)	2.243	2.373
ICMS	(c)	25.018	6.258
INSS		730	694
IRPJ	(d)	13.871	-
Outros		2.025	1.523
Outros		2.026	4.924
Total		285.045	203.954

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição da Justiça para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei. (a) Em virtude da desistência do processo judicial impetrado contra a Receita Federal que questionava a falta de exclusão da provisão para a manutenção da integridade do PL do cálculo do lucro da exploração, os depósitos judiciais realizados tornaram-se disponíveis para levantamento pelo ágio. O saldo residual contabilizado corresponde aos depósitos feitos em duplicidade em decorrência da notificação feita pela Receita Federal através de carta cobrança, os quais estão sendo questionados judicialmente. (b) Depósitos realizados frente à necessidade de garantir apresentação dos devidos embargos à execução de processos referentes a autos de infração referentes à substituição tributária de ISS, remoção de galhos em domínio público, IPTU, TLF. (c) Depósito judicial no montante de R\$ 6.673 realizado com a finalidade de suspender a exigibilidade do crédito tributário referente a auto de infração que questiona o crédito indevido de ICMS sobre aquisições de ativos imobilizados e depósito judicial no montante de R\$ 17.818 realizado com a finalidade de suspender o débito do auto de infração referente a redução base de cálculo ICMS, processo ajuizado em agosto de 2014. (d) Depósito judicial referente à IRPJ, realizado com a finalidade de suspender a exigibilidade do saldo devedor no débito consolidado do REFIS previsto na Lei 9.964/2000. Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e taxa SELIC para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

## 18. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica detido pela Companhia está enquadrado nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata da contabilidade de concessões e dos investimentos em infra-estrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final da concessão. A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível (Vide nota 19) e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. A Lei 12.783/2013, dentre outras deliberações, estabeleceu que o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão. Dessa forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos da BRR do 3º ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações. Em 31 de dezembro de 2014 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

	Ref.	31/12/14	31/12/13
Saldo em 31 de dezembro de 2013		1.593.886	1.593.886
Baixas		(2.333)	-
Transferências	(a)	370.945	-
Atualização monetária / valor justo		45.935	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>		2.008.433	-

(a) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período. O Ativo financeiro da concessão é remunerado pelo custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, incluído na tarifa e reconhecido no resultado mediante faturamento aos consumidores (Vide nota 30) e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar a base original ao respectivo valor justo nas datas subsequentes (conforme valor novo de reposição) é registrada como contrapartida na conta de receita ou despesa financeira no resultado do período.

## 19. INTANGÍVEL

O ativo intangível é constituído pela parcela da infra-estrutura de distribuição que será utilizada ao longo do contrato de concessão, composta pelos ativos de distribuição avaliados ao custo de aquisição, incluindo custos de empréstimos capitalizados e deduzido de obrigações especiais e amortização acumulada. A amortização é calculada de forma não linear, pelo prazo esperado de retorno via tarifa (prazo de vencimento do contrato). As obrigações especiais representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infra-estrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica. Em 2014 foi incorporado ao ativo intangível, a título de custos de empréstimos capitalizados, o montante de R\$ 45.387 (R\$ 41.483 em 31 de dezembro de 2013) cuja taxa média de capitalização foi de 0,74% no ano. Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	31/12/14	31/12/13
		Custo	Amortização acumulada
Em serviço			
Direito de uso da concessão	4,00%	8.190.176	(3.692.447)
Em curso			
Direito de uso da concessão		914.084	(280.124)
Total		9.104.260	(3.692.447)

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço			Em curso		
	Ref.	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2013		7.662.069	(3.353.642)	2.773.815	1.075.720	(183.063)
Adições		-	-	-	937.173	(299.783)
Baixas	(90.863)	76.482	-	(14.381)	(22.698)	-
Amortizações		(415.287)	101.842	(313.445)	-	-
Transferências - Intangíveis		580.010	(120.516)	459.494	(580.010)	120.516
Transferências - Ativos financeiros	(a)	889	-	889	(478.139)	106.306
Transferências - Outros	(b)	38.071	4.714	42.785	(17.962)	(24.100)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>		8.190.176	(3.692.447)	2.949.157	914.084	(280.124)

(a) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período. (b) Referem-se às transferências de material técnico, mão de obra e capitalização de encargos. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica: As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica. Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

## 20. FORNECEDORES

	31/12/14	31/12/13
Fornecedores	531.286	351.369
Energia elétrica:	481.207	263.627
Terceiros	53.079	87.738
Encargos de uso da rede	20.970	13.953
Terceiros	18.802	12.034
Partes relacionadas	2.168	1.919
Materiais e serviços	162.077	120.357
Terceiros	161.584	119.937

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

	31/12/14	31/12/13
Fornecedores	531.286	351.369
Energia elétrica:	481.207	263.627
Terceiros	53.079	87.738
Encargos de uso da rede	20.970	13.953
Terceiros	18.802	12.034
Partes relacionadas	2.168	1.919
Materiais e serviços	162.077	120.357
Terceiros	161.584	119.937

	31/12/14	31/12/13
Fornecedores	493	420
Partes relacionadas	32.307	29.594
Energia livre	749.640	515.469
Total	706.540	464.292
Circulante	43.100	51.177
Não circulante	663.440	413.115

Os montantes classificados no não circulante referem-se basicamente a: • Valores remanescentes de energia livre no montante R\$ 32.308, fixados pela ANEEL através do Despacho nº 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADEE, os quais impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 25 de agosto de 2013 houve deferimento de medida liminar, atribuindo efeito suspensivo até o julgamento; e • O valor de R\$ 10.792,20 refere-se ao reconhecimento do diferencial de energia da Eletro Nuclear, resultado da Lei nº 12.111/2009, que alterou a regulamentação referente à comercialização da energia proveniente da Eletro Nuclear e estabeleceu que o pagamento da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 fosse rateado entre todas as distribuidoras. A Resolução homologatória nº 1.406 de 21/12/2012 definiu os valores do diferencial a ser pago à Eletro Nuclear por cada distribuidora nos anos de 2013 a 2015 e estabeleceu a cobertura tarifária por meio de um componente financeiro a ser considerado nos processos tarifários.

## 21. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Composição da dívida	Ref.	Taxa Efetiva	Encargos			Total
			Circulante	Principal	Não Circulante	
<b>Moeda nacional</b>						
BNB		10,41% a.a. a 13,20% a.a.	1.071	65.864	139.761	206.696
(-) Custos de transação			-	(516)	(538)	(1.054)
BNDES FINEM	(a.1)	TJLP + 5,38% a.a. / 8,06% a.a.	3.274	220.157	820.490	1.043.921
(-) Custos de transação			-	(63)	(162)	(225)



a) A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 190 da Lei das Sociedades por Ações, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia para sua respectiva área. O montante estimado dessa participação até 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 26.728 (R\$ 14.427 em 31 de dezembro de 2013).

**24. TAXAS REGULAMENTARES**

	Ref.	31/12/14	31/12/13
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		1.611	877
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		1.805	1.610
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	23.375	24.862
Programa de Eficiência Energética - PEE	(a)	3.585	5.886
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		507	810
Ministério de Minas e Energia - MME	(a)	255	290
Total		31.138	34.335
Circulante		15.085	31.599
Não circulante		16.053	2.736

(a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), líquido dos valores aplicados nos Programas de Eficiência Energética - PEE, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, Ministério de Minas e Energia - MME e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n.ºs 300/2008, 316/2008, 504/2012 e 556/2013.

**25. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	Ref.	31/12/14	31/12/13
Circulante			
Imposto de renda - IR		3.780	57.160
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS		10.794	37.097
Programa de integração social - PIS		15.702	4.602
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS		72.366	21.205
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		3.579	3.135
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS		1.159	1.011
Imposto sobre serviços - ISS		15.188	9.742
Impostos e contribuições retidos na fonte		687	1.741
Outros		124.000	136.303
Total		178.415	245.794
Não circulante			
Imposto de renda - IR		-	1.378
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS		4.243	5.245
Programa de integração social - PIS		-	2.018
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS		-	7.146
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		73	73
Total		4.316	15.860
Total		128.316	152.163

**26. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**

O Conselho de Administração e/ou Assembléia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos propostos e juros sobre capital próprio:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	ON	Valor por ação PNA	PNB
2014					
RCA de 30 de dezembro 2014	JSCP	120.887	0,6227815374	0,6227815374	0,6850596911
		120.887			
2013					
AGOE de 29 de abril de 2013	Dividendos	3.391	0,0174727487	0,0174727487	0,0192200236
RCA de 30 de dezembro de 2013	JSCP	113.429	0,5843593290	0,5843593290	0,6427952619
		116.820			

O pagamento dos juros sobre o capital próprio está sendo considerado no cômputo do dividendo mínimo obrigatório. O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TLP. De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe "B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	31/12/2014
<b>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado</b>	
Lucro líquido do exercício	459.267
Incentivo fiscal SUDENE	(63.621)
Amortização do ágio incorporado	16.683
Reversão da provisão para manutenção do patrimônio líquido	(49.068)
Benefício fiscal da amortização do ágio incorporado	32.385
Base de cálculo do dividendo	395.645
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	98.912

**Juros sobre capital próprio propostos:**  
 Juros sobre capital próprio - R\$ 0,583006059 por ação ON, R\$ 0,583006059 por ação PNA e R\$ 0,641306665 por ação PNB  
**Total Bruto** 120.886  
**Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15%(\*).** (1.654)  
**Total** 119.232

(\*) Na parcela de acionistas imunes não ocorre a incidência de imposto de renda.  
 A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é como segue:  
 Saldo em 31 de dezembro de 2013 114.778  
 Dividendos e juros sobre o capital próprio: 120.887  
 Declarados (11.654)  
 Imposto de renda retido na fonte - IRRF (11.726)  
 Pagos no período (1.117)  
 Prescritos - (1.117)  
 Saldo em 31 de dezembro de 2014 221.168

**27. PROVISÕES**

As provisões constituídas para contingências passivas, no montante de R\$ 25.545, classificada no passivo circulante (R\$ 33.978 em 31 de dezembro de 2013) e R\$ 192.680 no não circulante (R\$ 166.689 em 31 de dezembro de 2013) estão compostas como segue:

	Contingências	Total
Trabalhistas	109.862	200.667
Cíveis	57.214	66.741
Fiscais	29.315	66.741
Regulatórias	8.142	(93.585)
Total	(6.574)	(28.501)
Qualificação	19.816	44.402
Saldo em 31 de dezembro de 2014	129.213	218.223

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas. **Trabalhistas:** Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado
<b>Contingências Trabalhistas</b>				
Ex-empregados da Companhia	86.320	1ª, 2ª e 3ª	Provável	86.320
	193.367	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	59.738	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
Ex-empregados de Empreiteiras	35.358	1ª, 2ª e 3ª	Provável	35.358
	235.593	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	47.915	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
Empregados	7.535	1ª, 2ª e 3ª	Provável	7.535
	9.641	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	7.405	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
Total	682.872			129.213

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m. **Cíveis:** Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado
<b>Contingências Cíveis</b>				
Clientes – Tarifas Plano Cruzado	12.279	1ª, 2ª e 3ª	Provável	12.279
Indenização por perdas	47.177	1ª, 2ª e 3ª	Provável	47.177
	845.130	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	35.952	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
Acidente terceiros/trabalho	4.015	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.015
	22.143	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
Comerc. energia e produtos	5.102	1ª, 2ª e 3ª	Provável	515
	42.350	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	23.309	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
Irregularidade de consumo	3.169	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.169
	73.968	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	2.295	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
Outras	495	1ª, 2ª e 3ª	Provável	495
	32.978	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	1.905	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
Total	1.149.682			67.650

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m. **(a) Clientes - Plano Cruzado - Ações movidas por consumidores industriais e comerciais** questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27/01 e de 04/03, ambas de 1986, pleiteando a restituição de valores envolvidos. **(b) Indenização por Perdas - Ações movidas por pessoas físicas e jurídicas**, nas quais a Companhia figura como ré, e que tem por objeto indenizações por morte, por danos materiais, danos morais e danos elétricos. **(c) Outras - Diversas ações movidas por pessoas físicas e jurídicas** envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida, litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica e serviços e outros. **Fiscais:** Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado
<b>Contingências Fiscais</b>				
ICMS	154.335	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
ISS	2.445	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.445
	21.846	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	626	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
CPMF	5.536	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
CSLL	12.669	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
ITL/IPTU	6	1ª, 2ª e 3ª	Possível	6
	2.080	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
REFIS	20.713	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
PIS/COFINS	35.907	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
COFINS	12.509	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	14.284	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
IRPJ / CSLL / IRRF	492.627	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
INSS	3.808	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.808
ITD S/DOAÇÕES RECEBIDAS	5.617	1ª, 2ª e 3ª	Possível	3.499
CIDE	6.313	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
Taxas Diversas	2.139	Administrativa	Possível	-
	1.573	Administrativa	Remota	-
Incentivo Fiscal SUDENE	5.653	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
Outras	8.610	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.610
	705	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	432	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
Total	810.433			14.869

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.  
**(a) ICMS: (a.1)** Auto de infração lavrado contra a Companhia questionando a concessão da redução da base de cálculo do ICMS aos consumidores tipificados no artigo 80, incisos I, II e III do RICMS/BA - 2011. A Companhia interps impugnação administrativa ao lançamento de ofício, argumentando que a definição das classes de consumo dos consumidores segue as determinações da legislação regulatória e que tais procedimentos já foram ratificados pela própria SEFAZ/BA, mediante soluções de consulta acerca do objeto da autuação. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível. **(a.2)** Auto de infração lavrado pela SEFAZ/BA arguindo substanciais divergências entre o imposto declarado no arquivo do Convênio CONFAZ nº 115/03 e o valor recolhido informado no demonstrativo de apuração do ICMS. A Companhia protocolou defesa administrativa argumentando a inexistência de recolhimento a menor e apontando que as causas da divergência residem no próprio layout do programa gerador do Convênio 115/03, que não captura todas as operações realizadas pela Companhia. Nos autos da impugnação administrativa foram juntadas todas as comprovações que afastam quaisquer dúvidas quanto à integridade dos recolhimentos do ICMS realizados pela Companhia. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível. **(a.3)** Auto de infração lavrado, pela SEFAZ/BA aplicando multa por erro na aplicação da alíquota cabível nas saídas de mercadorias regularmente escrituradas, e em razão de ter praticado operações tributáveis como não tributáveis. A COELBA está elaborando defesa administrativa. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível. **(a.4)** Auto de infração lavrado, pela SEFAZ/BA aplicando multa por utilização indevida de crédito fiscal referente a compras do ativo imobilizado. A Companhia entende que a atuação não procede no que concerne aos equipamentos de informática, móveis e outros materiais, pois se trata de bens que foram registrados no ativo imobilizado e são utilizados na atividade operacional da empresa. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível. **(a.5)** Auto de infração lavrado, contra a Companhia em decorrência do não recolhimento da diferença entre as aliquotas internas e interestaduais, na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação destinadas ao ativo fixo e consumo de empresas do Simples Nacional. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível. **(b) ISS - Autos de infração lavrados por diversos municípios** questionando o não recolhimento do ISS próprio e substituição tributária. A Companhia entende que as autuações não procedem, por isso, apresentou impugnação administrativa para anular os efeitos dos autos de infração. Apesar disso, a Companhia optou constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa. **(c) CSLL - Auto de infração lavrado pela Receita Federal** questionando a exclusão da depreciação calculada sobre a correção monetária complementar (IPC/BTNF), na base de cálculo da CSLL. **(d) IPTU - Demandas em esfera administrativa** envolvendo cobrança de IPTU nos municípios de Serrinha, Candéias e Jequié. A Companhia optou por constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa. **(e)** Refere-se a divergência no valor consolidado dos débitos declarados no parcelamento alternativo REFIS integralmente quitado em 03/05/2006. No entanto, a Receita Federal alega que há saldo devedor em desfavor da Companhia. Objetivando evitar embargos à suas atividades operacionais pelo cerceamento da concessão de certidões negativas, a Companhia utilizou os instrumentos judiciais cabíveis para suspender a exigibilidade do crédito tributário. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível. **(f) PIS/COFINS: (f.1)** Auto de infração lavrado pela Receita Federal, arguindo ausência de recolhimento das contribuições para o PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. A Companhia apresentou impugnação administrativa à referida cobrança e aguarda manifestação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Ressalte-se que a incidência do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras instituídas pela Lei 9718/98, foi objeto de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível. **(f.2)** Indeferimento pela Receita Federal de pedidos de compensação de débitos fiscais com créditos de PIS e COFINS. A Companhia impetrou impugnação restabelecendo a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível. **(g) COFINS: (g.1)** Auto de infração lavrado em agosto de 2003 arguindo que a Companhia não observou as formalidades legais para realizar a compensação de créditos. Não obstante, a Companhia interps defesa judicial para assegurar a legitimidade da compensação realizada. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível. **(g.2)** Despacho Decisório considerando não declarada a PER/DCOMP que compensou a COFINS de novembro de 2011 com saldo negativo de IRPJ majorado após retificação da Declaração do Imposto de Renda. Tal fato decorre da retificação do montante do crédito ter sido feita após a homologação de PER/DCOMP que compensou o crédito original. A

Companhia impetrou Manifestação de Inconformidade por entender que o crédito é legítimo e passível de compensação. **(h) IRPJ / CSLL / IRRF: (h.1)** IRRF - Auto de infração motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Companhia interps impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT nº 01/2002. **(h.2)** Auto de infração decorrente da não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. A COELBA apresentou impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração dos impostos e acredita no êxito da ação. Desta forma, nenhuma provisão foi constituída. **(i) INSS - Notificações Fiscais de Lançamento de Débito - NFDL lavradas pelo INSS** decorrentes do Instituto da solidariedade fiscal na contratação de serviços. A Companhia apresentou impugnação argumentando que a imputação do débito ao contratante somente deve ocorrer após constatado a inadimplência do devedor principal. No entanto, foi constituída provisão contábil, pois a Companhia não dispõe das guias que comprovam o recolhimento das obrigações pelos prEstadores dos serviços. **(j) ITD - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis"** e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - Autos de infração lavrados pela SEFAZ/BA cobrando o recolhimento do ITD sobre a transferência de ativos de particulares para a concessão. A Companhia protocolou impugnação administrativa juntando manifestação do Superior Tribunal de Justiça contrária à incidência do referido imposto sobre essas operações. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível. **(k) CIDE - Auto de infração lavrado pela Receita Federal** arguindo ausência de recolhimento da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE. A Companhia apresentou impugnação administrativa argumentando a inexistência de base legal na época em que ocorreram os fatos geradores. Processo encontra-se em curso no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível. **(l) INCENTIVO FISCAL SUDENE -** Corresponde à cobrança pela Receita Federal da multa de ofício exigida no processo de Representação Fiscal decorrente da falta de exclusão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido no cálculo do lucro da exploração. **(m) FAP - Ação ordinária** ajuizada contra a União Federal questionando o aumento do lucro acidentário em 2010. Foi deferida liminar a favor da Companhia para depositar o valor em juízo, até decisão final. Processo encontra-se com recurso pendente de julgamento no Tribunal.  
**Regulatórias:**

Contingências Regulatórias	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado
Auto de infração ANEEL	(a) / (b)	6.493	1ª, 2ª e 3ª	Provável	6.493
		50.951	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
Total		57.444			6.493

**(a)** Auto de infração referente à fiscalização técnica e comercial realizada pela ANEEL em 2009, abordando, principalmente, ressarcimento aos consumidores que alegaram danos elétricos a equipamentos por oscilações no sistema de distribuição de energia. O processo já foi julgado pela ANEEL. A Coelba impetrou ação judicial contra a decisão, em maio/2012, sendo obtida antecipação de tutela com efetuação de depósito judicial. Em Julho/2014 foi prolatada sentença procedente em parte, sendo provisionado o processo em razão da sentença. Valor atualizado do processo até dezembro/2014 é de R\$ 5.130. A Coelba apresentou embargos de declaração que estão pendentes de julgamento. **(b)** Ação ordinária interposta pela COELBA em 12/09/2011, com o objetivo de desconstituir despacho da Anelud de n. 3.421/11 e visando afastar qualquer sanção ou penalidade, em razão da utilização de faturamento por média, quando da troca do sistema SAP/CCS. Valor atualizado até dezembro/14 é de R\$ 1.363.

**28. OUTROS PASSIVOS**

	Ref.	31/12/14	31/12/13
Consumidores	(a)	57.613	40.049
Plano de saúde		4.814	4.347
Contribuição para COSIP		3.642	2.550
Convênios		301	243
Caução em garantia	(b)	119.402	103.166
Adiantamentos recebidos	(c)	16.759	194.954
Fatura Cartão de Crédito	(d)	-	36.158
Desvolução CDE		-	6.061
Outras		12.636	13.527
Total		215.167	401.055
Circulante		197.123	385.448
Não circulante		18.044	15.607

**(a)** Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contadas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros. **(b)** Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços. **(c)** Adiantamentos recebidos de consumidores ou terceiros para a realização de serviços técnicos que serão executados pela Companhia, em contrapartida de serviços prestados a terceiros (vide nota explicativa 13 – Serviços em Curso). **(d)** Pagamentos diversos efetuados via cartão de crédito, liquidados na data de vencimento da obrigação.

**29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**Capital Social:** O Capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é de R\$ 1.300.000 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 542.163. A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (EM UNIDADES)						Total	%
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais					
Neoenergia S.A.	98.122.083	89,8	7.863.541	40,2	59.315.266	100,0	165.300.890	87,8
Iberdrola Energia S.A	5.597.908	5,1	10.394.196	53,1				





Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de câmbio vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável. Os derivativos para proteção contra a variação cambial são mensurados pelo valor justo e seus ajustes são reconhecidos no resultado financeiro da Companhia. - Risco de taxas de juros e índice de preços: Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores (índices de preços) associados aos empréstimos, financiamentos e debêntures, como também sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Grupo Neoenergia não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco, no entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2014, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP. A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos corrigidos por taxas pré-fixadas no montante de R\$ 973.119 registrados pelo valor contábil. Alterações nas taxas de juros não influenciam o resultado decorrente desses contratos, por este motivo não foram considerados na análise de sensibilidade. A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

Operação	Indexador	Risco	R\$ Mil				
			Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	10,8%	160.771	17.532	13.149	8.766
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>							
<b>Empréstimos, Financiamentos e Debêntures</b>							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	10,8%	402.270	48.121	60.151	72.181
Swap Ponta Passiva em CDI	CDI	Alta do CDI	10,8%	1.371.990	156.224	194.504	232.784
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	5,0%	877.301	63.731	74.697	85.663

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III. - Risco de liquidez: O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é decorrente das operações, por este motivo não foram considerados na análise de sensibilidade. A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores, e outros, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2015	2016	2017	2018	2019	Acima de 5 anos
--	----------------	---------------------------------	------	------	------	------	------	-----------------

<b>Passivos financeiros não derivativos</b>								
Empréstimos e financiamentos	3.811.637	5.109.432	581.038	1.052.721	1.520.110	1.593.411	135.480	226.672
Debêntures								
Fornecedores	749.640	749.640	749.640	-	-	-	-	-

	2015	2016	2017	2018	2019	Acima de 5 anos	
<b>Passivos financeiros derivativos</b>							
<b>Não designados como hedge accounting:</b>							
Bank of America	(111.366)	(190.752)	41.323	33.485	(142.907)	(122.653)	-
Banco de Tokyo	(22.725)	(40.446)	11.325	9.671	(34.303)	(27.139)	-
Títulos e Valores	(51.328)	82.300	50.964	3.058	10.905	17.373	-
Citibank	(24.434)	(64.727)	24.217	20.925	16.254	(126.123)	-
JP Morgan	(5.818)	(15.216)	5.041	4.829	4.376	(29.462)	-
Itaú e I II	11.561	4.302	19.726	19.284	(34.707)	-	-

- Riscos operacionais - Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros. Para os ativos financeiros oriundos das principais atividades realizadas pela Companhia de distribuição, existem limitações impostas pelo ambiente regulatório, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes, os consumidores livres e cativos, concessionárias e permissionárias. Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários a companhia segue as disposições da Política de Crédito da Companhia que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha. As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para a Companhia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. **Garantias e outros instrumentos de melhoria de créditos obtidos:** De uma forma geral, por questões econômicas ou regulatórias, não são tomadas garantias físicas ou financeiras dos créditos obtidos nas atividades da Companhia, o Contas a receber de clientes e outros.

	31/12/14	31/12/13
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	206.588	573.253
Títulos e valores mobiliários	3.456	1.347
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		
Contas a receber de clientes e outros	1.442.711	1.215.098
Ativos Financeiros Setoriais	480.364	-
<b>Mantidos até o vencimento</b>		
Títulos e valores mobiliários	4.827	20.960

Sua principal exposição de risco de crédito é oriundo da possibilidade das empresas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, o Grupo monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira. Todas essas ações estão em conformidade com a regulamentação da atividade. - Risco de vencimento antecipado: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis ("covenants" financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide nota explicativas nº 21). - Risco quanto à escassez de energia: O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica apesar de ser um sistema hidrotérmico. Nos últimos anos houve um incremento significativo sua base de geração com outras fontes de energia renováveis. Contudo, um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduz o volume de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo, mesmo considerando a recente redução do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), além da elevação dos valores de encargo do sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Nossa situação extrema poderá ser atenuada um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita, em conformidade com a necessidade de ajustes nos montantes dos contratos de compra e venda de energia. O acompanhamento do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas do país tem indicado uma considerável redução do volume de armazenamento, em relação aos anos anteriores. Essa redução associada ao aumento do consumo de energia, aumenta a probabilidade de racionamento de energia. Visando mitigar o risco de racionamento, o governo tem acionado uma quantidade maior de usinas termelétricas para atender a demanda de energia elétrica no país.

### 36. COMPROMISSOS

	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são os seguintes:						
<b>Vigência</b>						
2015 a 2030	2.868.059	2.749.891	2.995.038	3.320.055	3.732.964	84.114.645

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2014, e foram homologados pela ANEEL.

### 37. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS

A Companhia patrocina planos de complementação de aposentadoria e pensão (Planos Previdenciários I e II) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial), para seus empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. **Planos de Benefícios Previdenciários:** A Companhia é patrocinadora da Fundação COELBA de Previdência Complementar - FAELBA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, mantenedora dos planos previdenciários: Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 1 - (Plano CD - FAELFLEX) e Plano Previdenciário nº 2 - (Plano BD), que têm por finalidade principal propiciar aos seus associados participantes e aos seus beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade com os planos a que estiverem vinculados. O Plano nº 1 - FAELFLEX, com características de contribuição definida, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de pecúlio por morte e por invalidez, foi implantado em 1998, com adesão de mais de 98% dos participantes ativos (que migraram do Plano BD). O plano de contribuição definida (CD) por sua característica de poupança individual, não apresenta déficit ou superávit já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes. No entanto, além da poupança individual, o FAELFLEX confere aos participantes, benefício de reconexão da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente ocorridas durante a atividade laboral até os 62 anos de idade. Essa peculiaridade insere o FAELFLEX nas disposições contidas no CPC 33 (R1), no que tange à realização de cálculos atuariais. O Plano nº 2 - BD é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde 1998. Eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes. As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano. As contribuições pagas ou provisionadas para os exercícios de 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram as seguintes:

	31/12/14	31/12/13
Custo do Intangível em Curso	(1.505)	(1.735)
Despesas Operacionais	(8.572)	(9.232)
Total	(10.077)	(8.967)

**Plano de Benefícios Assistencial:** A Companhia mantém um Seguro Coletivo Empresarial de Reembolso de Despesas de Assistência Médico-Hospitalar da Bradesco Saúde e de Assistência Odontológica da Bradesco Dental para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. Há continuidade do oferecimento do plano após a aposentadoria, falecimento ou desligamento dos atuais funcionários ativos. As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela Bradesco Seguros multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro, e em função da sinistralidade, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da atividade. A Companhia registra as parcelas de custos, déficits e superávits desses planos de acordo com a avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes com base nas regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 695, de 13/12/2012 e CPC 33 (R1). A Deliberação CVM nº 695/12, em linha com os procedimentos contábeis estabelecidos no CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro. Os ganhos e perdas atuariais deverão ser reconhecidos em outros resultados abrangentes retrospectivamente. A avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado). As premissas econômicas e financeiras para efeitos dessa avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da Companhia. As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Planos de Previdência Complementar		Plano de Saúde Pós Emprego	
	CD	BD	CD	BD
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	11,97%	9,20%	11,97%	9,20%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	11,97%	9,20%	11,97%	9,20%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	7,10%	7,10%	7,10%	7,10%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	0,55	Não aplicável	5,00%	5,00%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%
Taxa de rotatividade esperada	0,15 / (tempo de serviço + 1)	0,15 / (tempo de serviço + 1)	Nula	Nula
Fator de capacidade	0,98	0,98	0,98	0,98

### MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2014, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo Contador da Companhia e considerando, ainda, o parecer dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers e do parecer do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2015.

Marco Geovanne Tobias da Silva  
Presidente

Antônio Augusto Pereira

Juan Antônio Mendivil Ruas

Mário José-Ruiz Tagle Larrain

Solange Maria Pinto Ribeiro

Wilsa Figueiredo

Leonardo Silva de Loyola Reis

Fabício Duque Estrada Meyer Chagas  
Presidente

Manuel Jeremias Leite Caldas

Nelson Mascarenhas Rezende

### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA, sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Av. Edgard Santos, 300, Naranhina, Salvador - Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.139.629/0001-94, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas nas opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes relativamente às demonstrações financeiras da COELBA alusivas ao exercício social findo em 31.12.2014; e (II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da COELBA relativas ao exercício social findo em 31.12.2014.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2015.

José Roberto de Bezerra Medeiros  
Diretor-Presidente

José Eduardo Pinheiro Santos Tanure  
Diretor de Regulação

Erik da Costa Breyer  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Juan Antônio Mendivil Ruas  
Diretor de Distribuição

### ADMINISTRADORES

#### DIRETORIA EXECUTIVA

José Roberto Bezerra de Medeiros - Diretor-Presidente

Elvira Baracuchy Cavalcanti Presta - Diretora de Planejamento e Controle

Erik da Costa Breyer - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Lady Batista de Moraes - Diretora de Gestão de Pessoas

José Eduardo Pinheiro Santos Tanure - Diretor de Regulação

Juan Antônio Mendivil Ruas - Diretor de Distribuição

#### SUPERINTENDÊNCIAS

Milton Menezes Campos Filho - Superintendente de Planejamento e Controle

Emmanuel Sampaio Lôpo - Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores

Luz Carlos Teixeira - Superintendente de Gestão de Pessoas

Fabiano da Rosa Carvalho - Superintendente de Regulação

Eduardo Girardi - Superintendente de Operações

Sérgio Souto Maia Malbuquerque de Mello - Superintendente de Engenharia

Mário Caires Vasconcelos - Superintendente Comercial e Mercado

#### CONTADOR

Carla Sueli Pedreira do Nascimento Reis

#### Plano de Saúde Pós Emprego

31/12/2014 31/12/2013

241.116 251.490

3.428 53

27.504 28.072

16 (24.023)

15.150 (7)

8.984 (272)

46.813 6.392

312.695 271.670

38.306 31.820

38.322 38.306

316.908 316.908

254.969 254.969

14.983 14.983

241.116 241.116

1.703 672

(888) (715)

888 1.703

38.322 30.832

38.306 31.820

1.788 (1.264)

6.210 10.245

(142.358) (55.796)

46.813 (46.815)

(137.936) (137.936)

241.116 241.116

3.428 53

27.504 28.072

16 (24.023)

15.150 (7)

8.984 (272)

46.813 6.392

312.695 271.670

38.306 31.820

38.322 38.306

316.908 316.908

254.969 254.969

14.983 14.983

241.116 241.116

1.703 672

(888) (715)

888 1.703

38.322 30.832

38.306 31.820

1.788 (1.264)

6.210 10.245

(142.358) (55.796)

46.813 (46.815)

(137.936) (137.936)

241.116 241.116

3.428 53

27.504 28.072

16 (24.023)

15.150 (7)

8.984 (272)

46.813 6.392

312.695 271.670

38.306 31.820

38.322 38.306

316.908 316.908

254.969 254.969

14.983 14.983

241.116 241.116

1.703 672

(888) (715)

888 1.703

38.322 30.832

38.306 31.820

1.788 (1.264)

6.210 10.245

(142.358) (55.796)